Universidade Federal de Pernambuco

Centro de Ciências Jurídicas

Faculdade de Direito do Recife

O dever de motivação na construção do precedente judicial: uma análise crítica à luz do artigo 489, §1º do CPC/2015.

Maria Carolina Oriá Veloso

Recife – PE

2017

Universidade Federal de Pernambuco

Centro de Ciências Jurídicas

Faculdade de Direito do Recife

O dever de motivação na construção do precedente judicial: uma análise crítica à luz do artigo 489, §1º do CPC/2015.

Maria Carolina Oriá Veloso

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Faculdade de Direito do Recife da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) como requisito básico para a conclusão do curso de bacharelado em Direito.

Orientador: Prof. Frederico Augusto Leopoldino Koehler

Recife – PE

2017

MARIA CAROLINA ORIÁ VELOSO

O DEVER DE MOTIVAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO PRECEDENTE JUDICIAL:
UMA ANÁLISE CRÍTICA À LUZ DO ARTIGO 489, §1º DO CPC/2015

DEFESA PÚBLICA em Recife, de de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Frederico Augusto Leopoldino Koehler

Orientador – UFPE/CCJ

Examinador(a) I

Examinador(a) II

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado de um ciclo que se finda formalmente, porém que abre caminhos infinitos na busca pela concretização de tudo que foi aprendido nos anos de faculdade. Conclui-se assim a graduação, com intensas expectativas acerca do futuro acadêmico e profissional iniciado com os anos que passaram. A esse ponto, resta apenas agradecer por tudo e todos que fizeram parte de cada momento vivido e construído dentro da Faculdade de Direito do Recife, ambiente no qual fiz muitos amigos e partilhei inúmeras experiências.

De início, agradeço a Deus por todas as oportunidades que me foram concedidas para que eu pudesse demonstrar aquilo que penso que sei e por ter me sustentado em tantos momentos de indecisão e incertezas. Em seguida, mais do que a ninguém, devo todas as vitórias aos meus pais Fabiano e Rosana, que sem eles nada seria possível, desde o aporte financeiro até o conforto emocional de todo dia. Às minhas irmãs, Camila e Beatriz, reitero os agradecimentos, porque também fazem parte da rotina incessante pela qual passo diariamente, sempre alegrando de alguma forma o meu dia. À Gabriel Lopes, por ser alguém que está ao meu lado de todas as formas, incentivando meu lado acadêmico e intelectual, ao mesmo tempo que me acompanha na vida como um todo. E a todos os meus familiares que sempre me apoiaram e reconheceram minhas qualidades acima de tudo.

Agradeço também aos meus amigos da vida e da FDR, tantas pessoas que conheci e tantos amigos que formei. Muito embora sejam eles meus colegas de profissão e contatos da vida futura, serão sempre lembrados em todos os momentos que compartilhamos ali na Casa de Tobias. Especialmente trago a lembrança do Grupo de Estudos de Processo Civil, que me despertou para o aprofundamento das temáticas que se insurgem cotidianamente nessa fantástica seara do Direito. A partir dele pude descobrir que gosto sim de estudar e discutir os temas do Direito e que é definitivamente o que desejo para a minha vida. Ainda na Faculdade, conheci professores que me acompanharam e me incentivaram na área acadêmica, a partir de vários debates construtivos como Leônio Alves, Frederico Koehler, Danilo Heber e outros. Em especial, agradeço mais uma vez a Frederico Koehler pelo excelente apoio como professor-orientador deste trabalho.

Não posso deixar de me lembrar de toda a vida profissional incipientemente construída nos anos de faculdade. Inicialmente passei pelo escritório Leite & Emerenciano, onde tive as primeiras impressões da prática jurídica, me motivando a seguir além. Pelo caminho conheci os servidores da 1ª Turma Recursal de Pernambuco, bem como os juízes

federais Dr. Flávio Lima e Dr. Paulo Pinho, com quem tive o prazer de trabalhar. Em seguida, prestando estágio voluntário, em riquíssima experiência, conheci os servidores da Defensoria Pública da União, local que me fez escolher aquilo que quero perseguir na vida e também onde conheci Dra. Máira Mesquita, defensora pública incrível, por quem construí um afeto enorme e com quem espero poder compartilhar ainda muito conhecimento. Também tive o prazer de desfrutar dos ensinamentos da Procuradoria da Fazenda Nacional, com o apoio das procuradoras Dra. Simone Siqueira e Dra. Ana Carolina Wanderley. E no último estágio a experiência de aprender a lidar com o cotidiano do Tribunal do Júri, sendo instruída pelos Promotores de Justiça e servidores da 45ª Promotoria de Justiça, sendo muito grata a todos eles, em especial ao Dr. Antonio Arroxelas e à Aline e Diogo, que me ensinaram muito.

Por fim, a todos aqueles que direta ou indiretamente surgiram nessa caminhada, promovendo o ambiente propício para que tudo pudesse se desenvolver, desde os dedicados funcionários terceirizados até os importantes diretores de todas as repartições pelas quais passei. Agradeço imensamente a todos.

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo analisar a forma como são motivadas as decisões judiciais no Brasil e como isto influencia em um sistema que se propôs a adotar a figura dos precedentes judiciais. É que, com o advento do Código de Processo Civil de 2015, algumas novidades se insurgiram, entre elas o dever de motivação, regulado pelo artigo 489, §1º e o sistema de precedentes vinculantes, presente no artigo 927, ambos do CPC/15.

A importância do tema se deve ao fato de que existe uma carência de cumprimento ao dever de motivação das decisões pelos órgãos judiciais, o que tem sido notado já há algum tempo no Brasil. Não constitui novidade o dever de motivação, o qual, segundo Michelle Taruffo, começou a ser positivado em meados do século XVIII, vez que se sentia a necessidade de justificação dos atos decisórios. Também não é novidade que o Brasil tem adotado aos poucos as técnicas de uniformização e estabilização de entendimentos, a exemplo das conhecidas súmulas vinculantes. Diante disso, o que se pretendeu foi demonstrar que, apesar da já existência dos dois institutos, eles não eram aplicados da forma como pensou o legislador. Foi necessário, portanto, uma melhor regulamentação de cada um deles, para que o juiz siga o manual de instruções do que não fazer ao elaborar seus pronunciamentos, sejam eles sentenças, decisões interlocutórias e acórdãos.

Justifica-se a escolha da temática em razão do contato com as decisões judiciais ao longo da breve prática jurídica à qual tivemos acesso, o que, imediatamente, já provocou incômodo suficiente a ensejar a ânsia pelo estudo do assunto. Ademais, a chegada do novo diploma processual fez surgir grandes manifestações sobre as novas regras, principalmente sobre o dever de motivação e as vedações trazidas pelos incisos do art. 489, §1º do CPC/15, impugnado pela classe da magistratura. Outrossim, tentou-se buscar alternativas às falsas ideias incutidas no imaginário de muitos juízes, que pensam ser o tal artigo um esforço extra na sua atividade judicante, quando, na verdade, pode constituir grande aliado na eficiência da gestão dos processos, mormente quando combinado com o sistema de precedentes, conforme ficará claro ao final.

Norteando o desenvolvimento deste trabalho, o método dedutivo foi o utilizado, já que o estudo partiu de conceitos já fixados pela ciência, para, ao final, chegar a uma conclusão particular. Assim, através da análise de diplomas legais, de opiniões doutrinárias e de visões pessoais da autora, foi possível caminhar até as conclusões finais.

ABSTRACT

The present essay aims to analyze how are motivated the pronouncements of the courts in Brazil and how this activity influences in a system that intends to adopt judicial precedents. After the Civil Procedural Code of 2015, some news have raised, among of them the duty to give reasoned decisions, regulated by the article 489, §1° and the system of binding precedents, regulated by the article 927, both of the CPC/15.

The importance of the theme is due to the fact that exists a lack of implementation of the duty to give reasoned decisions by the judicial courts, which has been noticed for a while in Brazil. It is not news the duty to motivate the decisions, which, according to Michelle Taruffo, started to become an obligation in the middle of the eighteen century, once that it's been always needed the justification of the decisional acts. Also it is not news that Brazil has slowly adopted the techniques of standardization of judicial thesis, such as the well known *sumulas vinculantes*. Thus, this work intended to demonstrate that both of institutes were not been followed as the law maker thought, however they already existed here. It was necessary a better regulation of them, so the judge can follow the manual of instructions of what not to do when elaborate his pronouncements.

This issue was chosen because of the contact with the judicial decisions over the brief judicial practice that we had access, which caused enough annoyance and created the desire to study the facts. Moreover, the arrival of the new code of procedural law has brought to light many discussions about the new rules, especially about the duty of give reasoned decisions e and the prohibitions of the article 489, §1° of CPC/15, contested by the judge class. Furthermore, this work attempted to find alternatives to the false ideas present on the judge imaginary, who think that the article will bring an extra effort on the judicial activity, when, in fact, it can be a big ally in the efficiency of the management of the process, mainly when combined with the precedent system, as it will be clear by the end.

Guiding the development of this work, the deductive method was used, once the study started from concepts already fixed by the science, to reach in the end a particular conclusion. So, through the analyzes of law, of doctrine opinions and personal visions of the author, it was possible to achieve the final conclusions

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. O dever de motivação no processo civil brasileiro.....	10
1.1 Definições e premissas do dever de motivação no Brasil	10
1.2 O dever de motivação como instituidor de garantias processuais	14
2. Da teoria dos precedentes: a construção da decisão paradigma à luz do dever de motivação	
21	
2.1 O precedente: uma decisão estável, íntegra, coerente e necessariamente motivada	21
2.2 A indispensabilidade da fundamentação ao elaborar a <i>ratio decidendi</i>	32
2.3 A eficiência das decisões baseadas em precedente adequadamente motivado	38
3. Exigências do Código de Processo Civil: por uma fundamentação qualificada nos moldes	
do art. 489, §1º	43
3.1 Regra antiga, novas obrigações: o que mudou com o art. 489, §1º?.....	44
3.2 O cumprimento dos precedentes obrigatórios do CPC/15 e a regra contida no art. 927,	
§1º do CPC/15.....	51
3.3 Recurso protelatório ou exercício de garantia processual: como deve ser encarado o	
direito de interposição de embargos de declaração face ao descumprimento do dever	
motivacional pelo órgão julgador	53
4. Conclusões.....	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59

INTRODUÇÃO

A falta de motivação das decisões judiciais é uma questão que vem se arrastando já há algum tempo. Isto se torna mais problemático após o advento do Código de Processo Civil de 2015, vez que tal diploma objetiva a uniformização e estabilização dos entendimentos jurisprudenciais através do sistema de precedentes. A pergunta que se faz é como será possível compatibilizar esse sistema com a deficiência que se tem na elaboração das decisões, já que, para construção da *ratio decidendi*, é imprescindível o cuidado na motivação.

O que se observa é a existência de um círculo vicioso que orbita na atividade judiciária, do que é possível concluir que a culpa não apenas reside na conduta dos magistrados. Isto se justifica porque, se de um lado os órgãos judiciais não se desincumbem da obrigação de motivar adequadamente as decisões judiciais, por outro, os sujeitos litigantes não cumprem com seus deveres de abstenção de procura inútil do Poder Judiciário e de interposição de petições e recursos meramente protelatórios, gerando o inchaço da máquina judiciária. De uma banda, os juízes reclamam da falta de tempo para apreciar melhor as questões e, portanto, de realizar um bom trabalho decisório, vez que não cessa a quantidade de processos e de recursos para serem julgados. Por outro lado, os advogados e partes se defendem aduzindo que as decisões são mal elaboradas, portanto a interposição de recursos se faz necessária para melhor compreensão do que se disse, bem como para sanar eventuais omissões, decorrentes da pressa com que se julga. Eis um problema de difícil solução.

Com o advento do novo diploma processual, surgiu o que chamamos de dever qualificado de motivação, presente no art. 489, §1º, o qual traz basicamente um manual de como reproduzir a decisão judicial sem violar os direitos dos jurisdicionados. Ocorre que muitas foram as críticas ao dispositivo, principalmente da classe dos magistrados, irrisignados com o aumento de trabalho que surge do disposto. Todavia, é exatamente neste ponto que o presente trabalho se desenvolveu, analisando de que forma o sistema de precedentes e a uniformização instituída por ele pode vir a gerar um ganho de eficiência na máquina judiciária, a partir da motivação das decisões.

Para tanto, o trabalho foi dividido em três capítulos, delineando cada qual dos institutos, para, ao final, chegar-se a uma conclusão. Inicialmente, no capítulo primeiro teremos breves noções a respeito do dever de motivação no processo civil brasileiro. Adiante, no capítulo seguinte, foi feito um estudo a respeito da construção dos precedentes judiciais, isto é, de quais elementos compõem o mesmo e como o dever de motivação está incutido no

ponto. Por fim, mas não menos importante, o capítulo terceiro traz uma abordagem acerca das exigências do código para que estejam satisfeitas as condições de elaboração das decisões judiciais, perpassando pelo artigo 489, §1º, pelo artigo 927, §1º e pelo artigo 1.022, todos do CPC/15, a fim de chegar, ao final, às conclusões que se obteve.

Como fontes de pesquisa, foram utilizados principalmente os diplomas legais existentes no país, com especial destaque para o Código de Processo Civil de 2015, o Código de Processo Civil de 1973 e a Constituição Federal, entre outros. Ainda, para consolidação do conhecimento, foram lidas diversas obras doutrinárias, tanto nacionais, quanto internacionais, visando a obtenção de amplo espectro a respeito das questões. Por fim, também foram usadas as pesquisas aos entendimentos das Cortes Superiores a respeito dos imbricados temas que aqui se tratou.

1. O dever de motivação no processo civil brasileiro

1.1 Definições e premissas do dever de motivação no Brasil

A falta de técnica na elaboração das decisões judiciais no Brasil constitui situação recorrente e bem conhecida dos aplicadores do direito, notadamente no que diz respeito ao momento da fundamentação. Deixa a desejar, utilizando-se de termos eufemísticos, a qualidade das decisões que declaram, modificam ou extinguem direitos, haja vista a falta de clareza e de cuidado na formulação da tese defendida pelo juiz para o caso concreto. É notável que isto estimula a quantidade de recursos interpostos, os quais possuem a finalidade de solicitar ao juiz que esclareça aquilo que foi decidido, porque não ficou adequadamente claro no primeiro momento.

Efetivar o dever de motivação significa primeiramente prestar contas do serviço jurídico oferecido pelo Estado, sendo, por isso, a motivação importante instrumento garantidor do controle da atividade judicante por parte da sociedade¹. Não pode ser deixada ao arbítrio do magistrado a tarefa de, redundantemente, decidir como decidir, porque a Constituição deixou claro em seu artigo 93, IX que todas as decisões devem ser fundamentadas, sob pena de nulidade. Não obstante o mandamento constitucional, não raras são as violações ao dever imposto, existindo ainda decisões que se resumem a declarar a violação a “precedentes da Corte” ou indeferir sumariamente o pleito por mera ausência dos requisitos legais, sem especificar o erro e oportunizar a correção do ato.

Antes mesmo de a Constituição brasileira de 1988 ter positivado o dever de motivação, o mesmo já era conhecido do Código de Processo Civil de 1973, visualizado nos antigos artigos 131, 165, 458, por exemplo. Saliente-se que tal Constituição foi a primeira, no Brasil, a instaurar o dever de motivação em seu texto, como expressão da garantia de prestação de adequado serviço judicial destinado à sociedade. Agora, com o advento do CPC/15, tem-se mais um diploma legislativo com a previsão do importante dever de fundamentação, o qual, inclusive, optou por ampliar a abrangência do dispositivo para todas as decisões judiciais.

Segundo se extrai da leitura do artigo 489, caput, do Código de Processo Civil de 2015 (CPC/15)², são elementos da sentença: o relatório, os fundamentos e o dispositivo. O

1 Carlos Alberto Alvaro de Oliveira defende que o controle serve não apenas do ponto de vista técnico, mas como concretização do Estado de Direito, pelo que, dentro de outras consequências, gera uma maior racionalização na valoração das provas produzidas no processo, sendo necessária a adoção da fundamentação adequada para justificar a decisão em dado sentido. OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. *Do Formalismo no processo civil*. 4ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 126.

2 Art. 489. São elementos essenciais da sentença:

§1º, por sua vez, traz a importante regra que aqui se busca discutir, da imposição do dever de motivação, através de incisos que marcam quais as atitudes que não devem ser tomadas na elaboração das decisões judiciais, os quais serão oportunamente avaliados adiante. Dessa forma, observa-se pelo CPC/15 uma valorização do dever de motivação, já que impôs normas de conduta ao juiz na exposição lógico-argumentativa³ da decisão, a qual deve justificar a constatação da real ocorrência dos fatos como narrados e, por conseguinte, da escolha das normas aplicáveis a eles. A motivação é importante, sobretudo, porque é o momento em que:

[...] o juiz deve expor, repete-se, racional, ordenada, lógica, clara e coerentemente quais são as alegações fáticas relevantes ao processo, e por quê, quais delas foram provadas, e por quê, se a consequência jurídica pretendida pelo autor está correta, e porquê, e se os óbices apresentados pelo réu à consequência jurídica pretendida pelo autor procedem, e por quê.⁴

A tarefa de decidir não pode ser desvinculada de uma justificativa plausível que sustente a tese escolhida, apenas impondo a decisão pela força ínsita do ato estatal. Ademais, em respeito aos destinatários da norma, ainda que se considere a liberdade no convencimento⁵, devem ser cumpridos os precedentes judiciais já fixados (o que não impede

I - o relatório, que conterà os nomes das partes, a identificação do caso, com a suma do pedido e da contestação, e o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo;

II - os fundamentos, em que o juiz analisará as questões de fato e de direito;

III - o dispositivo, em que o juiz resolverá as questões principais que as partes lhe submeterem.

§ 1º Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:

I - se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida;

II - empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso;

III - invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão;

IV - não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador;

V - se limitar a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos;

VI - deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.

§ 2º No caso de colisão entre normas, o juiz deve justificar o objeto e os critérios gerais da ponderação efetuada, enunciando as razões que autorizam a interferência na norma afastada e as premissas fáticas que fundamentam a conclusão.

§ 3º A decisão judicial deve ser interpretada a partir da conjugação de todos os seus elementos e em conformidade com o princípio da boa-fé.

3 LUGCA, Rodrigo Ramina de. *O dever de motivação das decisões judiciais*. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 198.

4 Ibidem, p. 198.

5 A mera ausência de previsão expressa no CPC/15 do livre convencimento motivado não foi suficiente para extinguir o princípio. Os artigos 371 e 272 do CPC/15 confirmam isto, ao permitir que o juiz aprecie a prova independente da parte que a promoveu e que atribua o valor que entender cabível às provas emprestadas. Assim, o art. 489, §1º não surge para tolher ou robotizar o órgão julgador, mas para disciplinar melhor o método de elaboração das decisões. GAJARDONI, Fernando da Fonseca. *O livre convencimento motivado não acabou no novo CPC. Disponível em*

o eventual preenchimento de lacunas nem a tomada de novas decisões de superação), para que se atinja, dessa forma, a unidade do Direito.

O artigo 93, IX da Constituição Federal⁶ é categórico quando dispõe ser nula a decisão não embasada por razões devidamente fundamentadas, porque, de fato, não está cumprindo seu papel social, mas apenas manifestando a força da palavra do juiz que deve ser efetivada a qualquer custo. A declaração da nulidade é necessária, mas poucas são as decisões cassadas por esta razão, já que os erros são perpetrados até mesmo pelas Cortes Superiores.

O fato de mudar a classificação do provimento judicial não torna a motivação dispensável, ou seja, independe se é sentença, acórdão ou outra manifestação judicial. Todavia, pode-se dizer que, na sentença, momento auge do processo, a qualidade do pronunciamento deve ser acentuada, exatamente porque, em tese, se propõe a resolver por definitivo a questão⁷. Assim, é, neste sentido, que a fundamentação se torna elemento inexorável da sentença, já que servirá tanto para conformar as partes do teor decisório, quanto para permitir a sua impugnação.

Em que pese as diferenças entre razões de decidir e a motivação propriamente dita, devem ser oferecidas na decisão as reais justificativas que ensejaram o teor da mesma. Rodrigo de Lucca, aplicando a regra da sinceridade de Aarnio e Alexy na motivação, defende que o ato de fundamentar a decisão vem após a tomada de decisão em si, vez que seria ela uma justificção do que foi decidido anteriormente em um contexto de descoberta. Qualquer juiz, diante do mesmo processo, teria uma argumentação diferenciada, ainda que para chegar ao mesmo resultado, portanto neste sentido se perfaz a opinião do autor, que entende que a fundamentação deve refletir aquilo que o emissor acredita, ou seja, que o órgão julgador profira com sinceridade a motivação da decisão⁸.

O Código de Processo Civil de 2015 reitera a exigência constitucional do dever de motivação e positiva algumas regras que devem ser seguidas na elaboração da decisão

http://www.academia.edu/11863179/O_livre_convencimento_motivado_n%C3%A3o_acabou_no_Novo_CP_C. Acessado em 15/08/17.

6 Art. 93. *Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:*

(...)

IX- todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004).

7 MOREIRA, José Carlos Barbosa. *A motivação das decisões judiciais como garantia inerente ao Estado de Direito*. Temas de direito processual civil. 2ª série. São Paulo: Saraiva, 1988, p. 90.

8 LUCCA, Rodrigo Ramina de. *O dever de motivação das decisões judiciais*. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 205-206.

judicial, sob pena de ser declarada nula. Não é novidade que as decisões devem ser motivadas⁹, mas foi necessário que a legislação processual deixasse claro para que fosse imposto o dever e, conseqüentemente, cumprido. O artigo 489 do CPC/15 surge então nesse debate como sendo um roteiro de instruções na construção da decisão, regulamentando sob quais aspectos ela será considerada insuficientemente fundamentada, devendo ser refeita. Essa nova elaboração decorre da aplicação do art. 1.022, parágrafo único, inciso II do CPC/15, já que a decisão omissa enseja a oposição de embargos declaratórios, movimentando novamente o juiz para que esclareça de vez os termos da sentença¹⁰. Algumas críticas tratam deste artigo como sendo mais uma oportunidade de as partes rediscutirem o teor decisório nas instâncias superiores, o que tem sido objeto de intensos debates, pelo temor da abertura de mais um canal para recurso. Ocorre que, conforme ficará exposto após o debate, não é bem assim que se deve encarar o dispositivo.

Muito embora o objetivo deste trabalho não seja o de incentivar a interposição de recursos, pelo fato de defender a motivação a qualquer custo, não se descarta do dispositivo. Assim, é claro que, diante de decisão mal fundamentada, se defende sim a interposição de embargos declaratórios, para que a parte possa ter conhecimento das razões usadas na elaboração da decisão. É direito das partes obter uma resposta diante do caso, após ter quebrado a inércia e provocado o Poder Judiciário, consolidando a dimensão subjetiva do direito ao processo, que constitui verdadeiro pressuposto da democracia¹¹. Entretanto, também faz parte da responsabilidade das partes a provocação da jurisdição sem causa, pelo que devem receber as punições constantes da lei, por atuação de má-fé.

9 Segundo Michele Taruffo, foi em meados do século XVIII que se começou a positivar a obrigatoriedade do dever de motivação nos ordenamentos jurídicos europeus, mas a prática da motivação remonta a tempos antigos, a depender do referencial. Como exemplo, no sistema do *common law* nunca houve a obrigação imposta ao juiz por escrito, mas o costume sempre esteve presente, não sendo necessária lei que impusesse o dever, porque a prática gerou a necessidade. TARUFFO, Michele. *La Motivación de la Sentencia Civil*. Traducción de Lorenzo Córdova Vianello. Madrid: Editorial Trotta, 2011, p. 293-294.

¹⁰ Art. 1.022. *Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:*
 I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição;
 II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;
 III - corrigir erro material.
 Parágrafo único. *Considera-se omissa a decisão que:*
 I - deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento;
 II - incorra em qualquer das condutas descritas no art. 489, §1º.

¹¹ O direito ao processo compreende todo o procedimento, com a aplicação das normas adequadas e com a prática dos atos necessários e sequenciados no desenrolar da ação. A dimensão objetiva desse direito diz respeito aos aspectos extraprocessuais que regulam e acompanham o processo. Por outro lado, a dimensão subjetiva se relaciona com o conteúdo processual em si, isto é, a relação jurídica complexa sendo executada por meio de poderes, faculdades, deveres e ônus, do início ao final. Assim, diante desse cenário, está incluso no direito ao processo o da obtenção de sentença bem fundamentada que se baseie em direito congruente. BOTELHO, Guilherme. *Direito ao processo qualificado*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010, p. 126.

É preciso lembrar que, apesar de o artigo 489 se referir no caput aos elementos essenciais da sentença, o §1º traz o manual de elaboração de qualquer decisão judicial, aí incluídas as decisões interlocutórias e outras manifestações do juiz que importem em constituição, modificação ou extinção de direitos. Diante disso, o presente estudo se propõe a analisar o dever de motivação incidente sobre a elaboração dos precedentes, isto é, como se dá a relação entre o artigo 489 e o artigo 927 do CPC/15 e como isto pode servir para melhor funcionamento do sistema judicial, a partir da congregação das funções de cada sujeito processual, cooperando para atingir um denominador comum: a justiça.

1.2 O dever de motivação como instituidor de garantias processuais

O cotidiano das pessoas exaustivamente demonstra que a motivação é importante desde as relações pessoais até as mais complexas decisões emitidas pelo Poder Judiciário, porque é da natureza humana a busca por justificativas. Constantemente se busca a razão das coisas e não é à toa que as ciências em geral trabalham nesse sentido, sempre atrás de definições precisas sobre o funcionamento da vida, não sendo diferente no Direito. Dessa forma, se o Direito conferiu ao juiz a incumbência de se substituir às partes na resolução do conflito¹², nada mais justo que ele indique quais as razões para ter apontado a decisão nesta ou naquela direção, até mesmo para que sirva de inibição para comportamentos futuros que sejam contrários à norma, por parte de outros sujeitos jurisdicionados.

O processo é formado por uma sequência de atos que planejam desembocar na prolação da decisão pelo juiz, após ter se convencido em uma ou outra direção. O CPC/15, embebido pelo espírito da constitucionalização do direito, traz a efetivação do princípio do contraditório como sendo fundamental no desenrolar do processo, permitindo a construção democrática da decisão. Aliás, o caráter dialógico do processo é um estado de evolução a que almeja chegar o legislador, tendo em vista a tentativa de concretização do valor básico de cidadania que é a civilidade¹³. Dessa forma, apenas através de uma abertura ao processo é que as partes podem se aproximar do conteúdo decisório, o que será feito através da fundamentação, que constitui o espelho daquilo que foi adotado pelo juiz ao decidir. Como as

12 Quando o Estado interfere na vida das pessoas, a título de substituí-las na resolução dos conflitos, deve justificar a intromissão sob o aspecto material (fundamentos) e formal (demonstração expressa dos motivos), sob pena de descaracterizar o Estado de Direito, já que é o Estado quem dita as regras e está também submetido a elas. WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Nulidades do processo e da sentença*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, p. 319.

13 CAMBI, Eduardo; HELLMAN, Renê Francisco. *Os precedentes e o dever de motivação no novo código de processo civil*. In: DIDIER JR., Fredie [et al] (orgs.). *Precedentes*. Coleção Grandes Temas do Novo CPC, vol. 3. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 651.

partes são representadas por profissionais do direito, são eles tão conhecedores do ordenamento quanto o juiz, portanto hábeis a discutir em pé de igualdade com o magistrado, em que pese caber a este a decisão final. Atentando-se a isto, durante todo o curso processual deve imperar o diálogo entre os sujeitos envolvidos. Inclusive, nada mais compreensível que existam equívocos na decisão, oportunidade em que o patrono impugnará os termos e tentará desconstruir a tese elaborada. Tudo isto se perfaz através do diálogo processual.

Com o advento do CPC/15, nem mesmo as decisões de ofício serão embasadas exclusivamente pela convenção pessoal do julgador, haja vista o dever do juiz de convocar as partes para apresentarem suas manifestações sobre o julgamento também em matéria jurídica, não apenas de fato¹⁴. A propósito, a regra é importante não apenas do ponto de vista técnico, mas, sobretudo, do olhar sobre o contraditório substancial¹⁵, que torna imprescindível a manifestação das partes de forma efetiva. Aliás, até mesmo nas decisões de ofício, imaginadamente simples e diretas, pode haver inconsistências, a exemplo da declaração de uma prescrição que não ocorreu. Isto abre para a parte interessada o direito de convencer o juiz de que a contagem do lapso temporal foi feita de maneira incorreta, ensejando para ela o direito a uma resposta bem fundamentada do juiz, acatando ou afastando o pedido, mas que leve em consideração os detalhes levantados por ela. O contraditório deve ser observado sempre, a fim de que não haja decisão surpresa, totalmente vedada pelo CPC, de acordo com o que dispõe o artigo 9º, caput¹⁶.

O art. 5º, LIV da Constituição Federal¹⁷ impõe que seja assegurado a todos o devido processo legal¹⁸, isto é, as garantias mínimas que permeiam um processo justo, desencadeando uma sequência de procedimentos corretos. Falar em devido processo legal incorpora uma concepção ampla de todas as medidas que devem ser garantidas no *iter* processual, para que os sujeitos possam entrar e sair da lide com dignidade, evitando os

14 Art. 10 O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

15 CUNHA, Leonardo Carneiro da. In: *Breves Comentários ao Novo Código de Processo Civil*. WAMBIER, Teresa Arruda Alvim [et al.] (orgs.). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 1231.

16 Art. 9º Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.

17 Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

18 Fredie Didier trata o devido processo legal como sendo o principal exemplo de cláusula geral do processo civil. Tal é a importância de tais cláusulas, que permitem a efetivação de direitos por parte do julgador, pois ele adquire maior poder criativo na sua atividade, se utilizando do caráter aberto de tais instrumentos para adequar as normas aos casos concretos. DIDIER, Fredie. *Curso de Direito Processual Civil*. Vol 1. 17ª Ed. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 50-54.

desgastes que o acompanham¹⁹. Humberto Ávila²⁰ traz a definição do devido processo legal como sendo um princípio que exige a realização de um estado ideal de protetividade de direitos. Assim, por ser uma concepção muito ampla, a Constituição Federal não trouxe apenas um dispositivo que tratasse do tema, mas várias medidas que dele são deduzidas: juiz natural (art. 5º, XXXVII), juiz imparcial (art. 95), garantias da ampla defesa e do contraditório (art. 5º, LV), dever de motivação (art. 93, IX), dever de publicidade (art. 5º LX e art. 93, IX), proibição de provas ilícitas (art. 5º, LVI).

Como se pode observar, dentro do devido processo legal, encontra-se a ideia de motivação das decisões, que deve ser realizada como um de seus elementos essenciais, ou seja, é direito dos sujeitos processuais – e extraprocessuais – obter a justificação do que foi decidido. O dever de motivação é responsável por garantir a efetividade do direito de ação, uma vez que permite às partes o exame da imparcialidade do juiz, a legalidade da decisão, a efetividade do contraditório, permitindo o controle da atuação do Judiciário²¹, tudo isso podendo ser feito através da leitura da decisão.

Importante destacar que a regra estampada na Constituição, acerca do devido processo legal, se destina não apenas à atividade do juiz, mas também ao legislador, pois ele é que deve normatizar a matéria antes de tudo, dando atenção tanto ao procedimento formal (devido processo legal adjetivo), quanto aos aspectos que efetivamente garantam o direito material (devido processo legal substantivo). Diante disso, é possível observar o cumprimento do dever imposto ao legislador quando da inclusão do artigo 489 no CPC/15, vez que o dispositivo se destina a compelir o julgador a cumprir a garantia constitucional da motivação e, por consequência, do devido processo legal.

Ato contínuo, ainda se utilizando de princípio corolário do devido processo legal, aparece a discussão sobre a razoável duração do processo, que se encaixa perfeitamente na análise em curso. É que, muito embora não tenha relação direta com a motivação em si, guarda íntima correspondência com os efeitos gerados por decisão que cumpriu o dever de motivar. Isto porque a decisão motivada enseja um ganho de eficiência no processo, a partir da utilização do sistema de precedentes judiciais, por isso bastante pertinente a menção ao

19 Sobre o tema, Carlos Alberto Alvaro de Oliveira defende que o princípio do devido processo legal é expressão do formalismo processual, sendo limitado de um lado pelo informalismo excessivo e de outro lado pelo excesso de formalismo, devendo chegar-se a um ponto de equilíbrio que permita o atingimento das finalidades a que busca o processo. OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. *Do Formalismo no processo civil*. 4ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 128.

20 ÁVILA, Humberto. *O que é “devido processo legal”?*, Revista de Processo, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, a. 33, n. 163, p. 50-59, set., 2008.

21 SILVA, Beclate Oliveira. *A garantia fundamental à motivação da decisão judicial*. Salvador: Juspodivm, 2007, p. 112.

princípio nesse estudo. Há que se ressaltar, no entanto, que tal correlação será feita em tópico próprio mais adiante, que tratará da eficiência gerada por uma decisão bem motivada, pelo que impede aqui tratar apenas dos aspectos iniciais.

O tratamento conferido ao processo pelo princípio da razoável duração importa para fins deste trabalho na medida em que está imbricado na concepção de efetividade e de impugnabilidade das decisões. É que quando se fala no artigo 489 do CPC/15, já se pensa na quantidade de embargos de declaração que surgirão em decorrência dele, o que tardaria ainda mais o provimento final.

Os debates sobre o que seria, de fato, um tempo razoável para conclusão da causa não cessam, vez que não foi interposto pelo legislador um prazo limite, sempre deixando claro que o processo deve ser célere – na medida do possível - e atender às expectativas dos litigantes, dentro de um interregno de tempo razoável. É uma questão bastante controversa, porque há quem opte por delimitar um prazo fixo, ao passo que muitos preferem relacionar o prazo à complexidade da situação concreta, sendo ela que vai indicar a demanda por mais ou menos tempo. Na verdade, o que se deve aquilatar nesse debate não é apenas a dimensão temporal isoladamente considerada, como também uma perspectiva qualitativa no tempo empregado, sendo insuficiente mera operação aritmética²². Um fato interessante, no que diz respeito à razoável duração, no Brasil, é que a interposição de ações perante o Poder Judiciário é feita, desde o princípio, pensando na confirmação pelo tribunal, isto é, transformando o recurso em uma fase inerente ao processo, o que não deveria ser feito de tal forma. Isto é bem explicado pelo descrédito que tem sido dado à primeira instância²³, fator preocupante em um cenário que se pretende diminuir a quantidade de processos circulantes, como é o caso brasileiro. Ora, a insatisfação das partes muitas vezes é motivada por mero dissabor com o resultado negativo, em que pese a boa decisão do magistrado. Por outro lado, impende também reconhecer a falta de qualidade das sentenças que são proferidas, de modo geral, sempre muito diretas e genéricas, fazendo o recurso tornar-se, de fato, imprescindível, até mesmo por razões práticas de cognoscibilidade da decisão. Diante disso é que se faz necessário o presente debate, a fim de relacionar a boa elaboração das decisões com a razoável duração, que poderia fazer o processo terminar logo na primeira instância.

22 Sobre o ponto, lembra Frederico Koehler que o Tribunal Europeu de Direitos Humanos (TEDH) vem se utilizando de alguns parâmetros mais objetivos para determinar a razoável duração do processo, sempre se valendo de circunstâncias concretas. São eles: complexidade do litígio, conduta pessoal da parte lesada, conduta das autoridades envolvidas no processo e o interesse em jogo para o demandante da indenização. Tal delimitação tem sido largamente utilizada pelos vários tribunais europeus, pelo que sugere o autor sua importação para o Brasil. A respeito do assunto, consultar KOEHLER, Frederico Augusto Leopoldino. *A razoável duração do processo*. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 88-91.

23 Ibidem, p. 218.

Outro princípio que merece destaque é o do contraditório, intimamente relacionado com o dever de motivação, já que impõe ao julgador a atenção ao que foi literalmente objeto de debate no decorrer do processo. Isto se perfaz na medida em que a motivação confere às partes a correta compreensão do teor das decisões judiciais, dando a elas a oportunidade de se satisfazer de imediato ou de recorrer da decisão. Não somente isso, a motivação também importa à própria sistemática do Poder Judiciário, já que o órgão julgador *ad quem*, a quem é dirigido o recurso, apenas poderá (re)julgar a matéria se ciente das razões que ensejaram a impugnação, decidindo por manter os termos ou não do que foi decidido²⁴.

O exercício do contraditório se mostra viável apenas quando as partes interessadas podem se manifestar de modo a influírem substancialmente no que for decidido, mas isto apenas será averiguado após a elaboração da decisão, que indicará quais argumentos prevaleceram e quais as razões para tal. Nesta senda, a motivação se mostra como instrumento capaz de dar as partes tanto a justificação do ato decisório, quanto o controle da atividade exercida pelo órgão julgador. Ora, o Poder Judiciário não tem razão de existir senão para resolver os conflitos que afligem a sociedade, portanto a exigência de que se evite a decisão surpresa é inexorável ao sistema, fazendo constar apenas o que foi dialogado dentro do processo. Tanto é assim que as decisões que vão além e as que ficam aquém do que foi pedido são consideradas nulas da mesma forma.

Com efeito, resta clara a importância da motivação das decisões, que, segundo a doutrina de Teresa Arruda Alvim²⁵, cumpre as funções de: a) oferecer elementos para se aferir a imparcialidade do juiz; b) revelar a legitimidade e juridicidade dos julgamentos; e c) dar às partes a possibilidade de constatar se seus argumentos foram levados em consideração na decisão. Nesse sentido, afirma ainda a professora que a motivação é a atividade mais expressiva do juiz, já que a decisão é “como se fosse um último ato de uma peça teatral”, pois está relacionada “ao fato de as alegações das partes, somadas às provas produzidas, efetivamente interferirem no convencimento do juiz, do que só se tem certeza examinando-se a motivação da sentença”²⁶.

Outro ponto que deve ser considerado é que o juiz não é o único responsável pelo processo – muito embora as regras advindas do artigo 489 sejam destinadas a ele –, visto que há outros dispositivos que devem ser lidos em conjunto com o mesmo. Deve-se lembrar que

24 MESQUITA, Máira de Carvalho Pereira. *O Contraditório no Estado Constitucional Brasileiro*. 2014. 231 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito do Recife. Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2014. P. 92

25 WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Nulidades do processo e da sentença*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, p.317-318.

26 *Ibidem*, p. 318.

não existem deveres processuais apenas para o órgão julgador, como também incumbe às partes se comportarem de modo adequado para que seja perfeito o procedimento, mesmo sabendo que o estresse é ínsito do processo. A insatisfação de uma parte com a outra não justifica atitudes inadequadas pelos sujeitos processuais, isto é, não é o fato de estar aborrecido com o processo que são permitidas condutas contrárias ao direito. Daí a razão pela qual a litigância de má-fé deve ser penalizada pelo sistema jurídico, pois os operadores do direito têm o dever de repassar o bom comportamento para as partes, a fim de que sejam científicas do respeito que prepondera na justiça.

Nessa toada, já passando para outro princípio que também informa o dever de motivação, faz-se necessário tratar da boa-fé processual, positivada no artigo 5º do CPC/15. Segundo o dispositivo, *aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé*, portanto regra aplicável a todos os sujeitos processuais, desde os juízes, passando pelas partes, até os servidores e serventuários da justiça em geral. É importante ressaltar que a boa-fé aqui tratada é a objetiva, que imputa aos sujeitos um dever de comportamento, sem relacionar-se com a intenção (boa-fé subjetiva), mas sim com norma de conduta. A propósito, com relação ao artigo mencionado, cabível classificá-lo como sendo cláusula geral processual²⁷, uma vez que são inúmeras as circunstâncias processuais que se utilizam do princípio, não sendo possível enumerá-las taxativamente em um artigo. Vale mencionar também que as noções de boa-fé são oriundas do direito privado, mas o princípio tem sido reconhecido no direito público, encampado largamente pela doutrina e pela jurisprudência²⁸. Desta sorte, avaliando-se o comportamento dos sujeitos processuais, de acordo com a boa-fé objetiva, bastante conhecidos são seus corolários: a vedação ao

27 Na defesa do princípio como sendo cláusula geral processual, cf. DIDIER JR. Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. *Curso de Direito Processual Civil*. Vol 2. 10ª Ed. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 105 e VINCENZI, Brunela Vieira de. *A boa-fé no processo civil*. São Paulo: Atlas, 2003, p. 169.

28 Não são poucas as decisões que vêm transplantando a boa-fé objetiva para o direito público, confirmando a tendência exposta. Assim: ADMINISTRATIVO. PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR. AQUISIÇÃO DO IMÓVEL APÓS LIMITAÇÃO ADMINISTRATIVA. DIREITO A INDENIZAÇÃO. INEXISTÊNCIA. **PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA NO DIREITO PÚBLICO**. 1. Incabível indenização pela criação do Parque Estadual da Serra do Mar se o imóvel foi adquirido em período em que já incidiam as limitações administrativas impostas pelo Estado de São Paulo. 2. **Viola frontalmente o princípio da boa-fé objetiva, aplicável com maior ênfase e amplitude no Direito Público, aquele que, sabendo ou podendo saber da incidência de limitações ambientais ou urbanísticas sobre o imóvel, adquire-o para, em seguida, cobrar da Administração pela redução da explorabilidade econômica do imóvel, qualidade que já lhe faltava à época da celebração do negócio jurídico**. 3. Recurso Especial não provido. (STJ - REsp: 765872 SP 2005/0113706-2, Relator: Ministra ELIANA CALMON, Data de Julgamento: 04/10/2007, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 11/11/2009). (grifo nosso)

comportamento contrário, a proibição de se beneficiar de ato ilícito a que deu causa, a supressão de direitos por quem não agiu no tempo determinado, entre outros²⁹.

Isto posto, levando em consideração as premissas do princípio da boa-fé objetiva, constata-se que, não obstante exista a necessidade de reformulação do comportamento dos juízes, igualmente indiscutível é a urgência na modificação da forma como as partes se portam no processo, sempre como uma batalha, na qual figura o inimigo como contraparte, tendo que ganhar a qualquer custo. É claro que não se pode pretender que as partes adentrem na relação processual com ânimos de felicidade, mas que, pelo menos, procurem agir de forma lícita, conforme os limites legais.

O problema que impera é a incansável busca pelo “justo”, que rege o imaginário dos litigantes brasileiros, fazendo supor que será possível, em algum grau de jurisdição, obter o resultado que entende ser justo, ou seja, a conclusão que lhe mais aprouver. Entretanto, urge perceber que o processo não pode ser direcionado por uma busca infundável da justiça das partes, porque isto levaria à possibilidade infinita de recursos, sempre em busca da resposta que agrada a um dos lados. É preciso haver uma ordem hierárquica que delimite a concepção da justiça para cada problema surgido e que isto seja estabelecido de acordo com o contexto e exigências sociais, formando então precedentes quando necessário. Daí o papel imprescindível do advogado, que precisa analisar corretamente a situação e orientar as partes sobre a existência de precedentes ou mesmo sobre a temeridade da causa, evitando o litígio desenfreado. Não é outro o objetivo do artigo 2º, incisos VI e VII do Código de Ética e Disciplina da OAB, que diz ser dever do advogado “estimular, a qualquer tempo, a conciliação e a mediação entre os litigantes, prevenindo, sempre que possível, a instauração de litígios”, bem como “desaconselhar lides temerárias, a partir de um juízo preliminar de viabilidade jurídica”.

O debate se faz presente quando se discute a possível quantidade de recursos que serão interpostos em decorrência da abertura feita pelo artigo 489, que instaura novas possibilidades de impugnação via embargos de declaração, já que houve alteração também do artigo 1.022, parágrafo único, do CPC/15³⁰, incluindo o inciso II que trata exatamente dos

29 MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo Curso de Processo Civil*. Vol 2. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 83.

30 Art. 1.022. *Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:*

I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição;

II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;

III - corrigir erro material.

Parágrafo único. Considera-se omissa a decisão que:

I - deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento;

vícios em razão do descumprimento do artigo 489, §1º. Muitos se insurgiram contra a medida, juízes, principalmente, sempre sob o argumento de que não há espaço na ordem jurídica brasileira para interposição de mais recursos, pelo inchaço da máquina judiciária. Mas não é bem assim que o fato deve ser visto, pois não se pode suprimir garantias a pretexto de instaurar vazão no sistema e liberar o excesso de processos. Sobre este ponto, será dedicada análise pormenorizada mais adiante.

Passemos agora ao estudo do sistema de precedentes no contexto judicial brasileiro, mormente sob o enfoque do Código de Processo Civil de 2015, que teve, como uma das principais características, a normatização das decisões paradigmas, a fim de conferir maior uniformidade aos julgamentos.

2. Da teoria dos precedentes: a construção da decisão paradigma à luz do dever de motivação

2.1 O precedente: uma decisão estável, íntegra, coerente e necessariamente motivada

Muito se tem discutido acerca da utilização dos precedentes judiciais no sistema jurídico brasileiro, tendência que vem sendo aderida pelos países do *civil law*, já que a sua adoção permite maior segurança nas relações jurídicas. Para além dos conhecidos problemas que cercam o assunto, o que se intenta com o presente estudo é filtrar o tema, focando na análise do dever de motivação aplicado à teoria dos precedentes, buscando de que forma pode essa relação contribuir para um ganho de efetividade no processo. Nessa toada, busca-se aliar os aspectos positivos das decisões uniformizadas formadoras de precedentes ao processo brasileiro, o qual enfrenta sérios problemas de quantidade e qualidade de suas decisões.

É inegável a insuficiência da máquina judiciária brasileira para avaliar, com a precisão devida, cada caso concreto, diante do inchaço provocado pela lotação de processos das varas. Tendo isto como ponto de partida, o estudo dos precedentes aqui teve por escopo a busca pela racionalização do modo como se constroem as decisões judiciais, notadamente por meio da avaliação de um dos elementos mais preciosos que uma manifestação do Poder Judiciário deve ter: a motivação.

A discussão se inicia no âmbito da Teoria Geral do Direito, incluindo os debates sobre precedentes, motivação e interpretação, três grandes temas que se relacionam

II - incorra em qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1º.

intimamente. Diante da brevidade do trabalho, impossível realizar cotejo analítico profundo sobre cada um deles, portanto serão apresentados rápidos aspectos relevantes.

Uma das ideias que se desenvolveu após a adoção do sistema de precedentes no Brasil foi a de que se estaria importando um sistema jurídico incompatível com a realidade brasileira, pelo que não daria certo. Assim, pelo fato de os precedentes serem tipicamente institutos do *common law*, passou a se dizer que a imitação nem sempre é o melhor caminho. As críticas são muitas, perpassando desde a ameaça de cristalização do direito até a retirada da autonomia dos julgadores, que se vincularão a decisões pré-estabelecidas.

Todavia, é fundamental perceber que a utilização do sistema de precedentes judiciais não é justificada na importação pura e simples da tradição do *common law*. Na verdade, o que se percebeu foi uma real necessidade de aplicação do instituto, tendo em vista a situação de insegurança jurídica que permeia a fabricação brasileira de decisões, o que acaba prejudicando a própria sociedade. A vinculatividade das decisões no Brasil não foi implantada de supetão, senão ao longo de várias décadas de introjeção de mecanismos esparsos de estabilização e uniformização da jurisprudência das cortes brasileiras, a exemplo do controle de constitucionalidade e seu efeito vinculante, das súmulas vinculantes, entre outros.

De outra sorte, o emprego do instituto se evidencia no fato de que o Direito se perfaz através da linguagem, portadora de ampla textura aberta, demandando, por conseguinte, interpretação a respeito do significado das normas. O texto não se confunde com a norma, já que esta emana daquele, a partir de um exercício interpretativo. Essa é a justificativa principal para se tomar bastante atenção àquilo que as cortes de vértice têm afirmado, pois são elas as responsáveis por construir – fundamentadamente – a norma jurídica. Todos os textos exigem interpretação, porém isto não pode resultar na aplicação diferenciada da mesma norma para pessoas em situações similares, o que tem sido bem recorrente, dependendo da sorte de encontrar um juiz que siga determinada orientação. Sendo assim, a justificativa para um sistema de precedentes não se encontra no direito inglês em si, mas na porosidade que acompanha todos os textos normativos, os quais precisam ser interpretados de forma coerente e uniformizada pelos tribunais, sob pena de arbítrio judicial.

Hans Kelsen, em sua Teoria Pura do Direito, já criticava a pura e simples definição da atividade interpretativa como sendo fornecedora de apenas uma única solução correta com base na leitura direta da lei, aduzindo para o fato de que o máximo que o texto fornecia era uma moldura dentro da qual estavam estampadas margens de atuação, escolhendo

os diferentes significados que os textos poderiam fornecer³¹. Exemplo prático e atual disso é o conceito de casa para a Constituição Federal Brasileira, que a considera asilo inviolável no artigo 5º, XI. O Supremo Tribunal Federal (STF), em interpretação ampliada, com vistas a dar melhor cumprimento ao texto constitucional, considerou o consultório do dentista e o escritório do advogado como sendo casa, para fins de aplicação da garantia da inviolabilidade.

H. L. A. Hart, por sua vez, reconhecia as dificuldades práticas enfrentadas pelo direito, tendo em vista a vagueza da linguagem inexorável ao estudo das leis. Afirmava o autor que existem casos em que o legislador vai dar ao juiz as regras claras do que fazer, sendo muito fácil apenas declarar o que está na lei, dispensando, dessa forma, um sistema de precedentes vinculantes. Por outro lado, há uma imensa quantidade de casos nos quais, a despeito de haver lei e até mesmo precedente, ainda assim não são suficientes para delimitar com precisão o que deve ser feito, tendo em vista a textura aberta da linguagem inerente ao sistema³². São estes os *hard cases*³³ e o máximo que se pode fazer a respeito é dar ao jurisdicionado a resposta do que as cortes farão acaso sejam chamadas a resolver conflito semelhante, servindo, portanto, de baliza para os comportamentos sociais futuros.

Segundo Hermes Zaneti Jr., a razão principal para a utilização do sistema de precedentes é a necessidade de impor coerência interna e externa ao sistema, firmando o compromisso do direito com a racionalidade³⁴. Assim, é função do juiz evitar os extremos, isto é, tanto a submissão ao legalismo formalista, quanto a visão realista extremada de que apenas os juízes dizem o direito no caso concreto. A defesa pela ampla utilização dos precedentes, nesse panorama, visa a garantir maior vincutatividade dos juízes à unidade

31 KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito*. Tradução João Baptista Machado. 6ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 247.

32 Hart afirma que “The open texture of law means that there are, indeed, areas of conduct where much must be left to be developed by courts or officials striking a balance, in the light of circumstances, between competing interests which vary in weight from case to case”. Ato contínuo, conclui que essa função do juiz de ditar o direito no caso concreto assemelha-se ao exercício de uma atividade legislativa que lhe foi delegada, o que, traduzido em termos atuais, seria o juiz atuando como legislador positivo. H.L.A. Hart. *The Concept of Law*. 2ª Ed. Clarendon Press, Oxford, 1994, p. 135.

33 São exemplos de *hard cases*: problemas envolvendo questões raciais, como as cotas; ação em que se pleiteiam verbas para que o Estado forneça tratamento caro particular; adoção de crianças por homossexuais (cf. ADPF 186, STF); possibilidade de alimentar presos em greve de fome à força para evitar a morte. WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Nulidades do processo e da sentença*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, p. 322.

34 A partir dos ensinamentos de Luigi Ferrajoli, Hermes Zaneti defende a adoção do modelo garantista preconizado por aquele autor, compatibilizando o mesmo com o sistema de precedentes, cuja aplicação é defendida inclusive na seara penal (o uso dos precedentes tenderia a ser mais garantista do que a aplicação isolada de cada juiz). ZANETI JR., Hermes. *O valor vinculante dos precedentes: teoria dos precedentes normativos formalmente vinculantes*. 2ª Ed. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 113.

jurídica brasileira, ao mesmo tempo em que garante sua adequada liberdade de decidir, afastando eventual arbítrio³⁵.

Assim, o precedente deve ser seguido por respeito à própria lógica do sistema jurídico, haja vista ser o resultado daquilo que os tribunais definiram sobre as leis, até porque o Direito brasileiro é determinado, em grande medida, pela interpretação da lei e dos atos normativos pelas Cortes³⁶. Isto significa, portanto, que a aceitação dos precedentes constitui aceitação do próprio Direito³⁷.

A doutrina tem observado a aproximação entre as tendências de *common law* e *civil law*, o que indica a constante busca pelo equilíbrio dos sistemas processuais³⁸. De um lado, a tradição romano-germânica tem se modificado, se aproximando da realidade histórica e do empirismo, o que pode ser visto após o fenômeno da decodificação do século XX (surgimento de microssistemas jurídicos), da maior importância dada às Constituições (necessidade de concretização dos valores aí inseridos) e da adoção das cláusulas gerais (ampliando o papel dos juízes). Por outro lado, o *common law* tem se manifestado a favor da ampla recepção da legislação escrita, inclusive da adoção de códigos estruturados por área³⁹. Assim, a importação do sistema de precedentes foi uma tentativa de buscar, em outro sistema jurídico, um instrumento hábil para assegurar a liberdade e a segurança jurídica, abrindo o foco de observação dos aplicadores do direito não apenas para o trabalho do legislador, como também para as decisões judiciais, especialmente as das Cortes Superiores⁴⁰.

É nesse debate que surge a importância da discussão que aqui se pretende levar, que defende uma melhor elaboração das decisões judiciais, com foco na motivação das decisões formadoras de precedentes. Isto se justifica por serem estes mais uma opção na

35 ZANETI JR., Hermes. *O valor vinculante dos precedentes: teoria dos precedentes normativos formalmente vinculantes*. 2ª Ed. Salvador: Juspodivm, 2016, p.113.

36 MITIDIERO, Daniel. *Cortes Superiores e Cortes Supremas: do controle à interpretação da jurisprudência ao precedente*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013, p. 103.

37 Sobre a relação direta do precedente com o Direito, Lucas Buriil defende que a obrigação de seguir os precedentes decorre da obrigação de julgar conforme o Direito, o que, em tal ponto, se assemelha à obrigação de se aplicar a lei. Com efeito, considera assim o autor que o julgamento conforme o Direito é aquele que trata a *ratio decidendi* dos precedentes vinculantes como norma jurídica. MACÊDO, Lucas Buriil. *Precedentes judiciais e o direito processual civil*. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 102.

38 A globalização é notadamente uma das causas da aproximação. Ademais, com a elevação da força dos direitos fundamentais e do Estado Democrático de Direito, acentuado com o neoconstitucionalismo, foi sendo necessária a convergência dos dois sistemas, de um lado se atribuindo grande importância às decisões do caso concreto, especialmente às que aplicam os princípios. Por outro lado, os países de *common law* têm se amparado fortemente em legislação escrita, sendo esta inclusive tratada como fonte igualmente aos precedentes ou até talvez mais. MACÊDO, Lucas Buriil. *Op. cit.*, p. 74-78.

39 BARREIROS, Lorena Miranda Santos. *Estruturação de um sistema de precedentes no Brasil e concretização da igualdade*. In: In: DIDIER JR., Fredie [et. al.] (orgs.). *Precedentes*. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 187.

40 MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo Curso de Processo Civil*. Vol. 2. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 605.

tentativa de unificar o entendimento judicial, bem como de dar racionalidade ao sistema, tornando-o cada vez mais operável. Ocorre que, no Brasil, será necessária uma reformulação da maneira como se constroem as decisões judiciais, a fim de que possam, de fato, serem formadoras de precedentes. É que, conforme já exposto, as decisões carecem de motivação adequada, dever que é constitucionalmente imposto e cotidianamente descumprido. Nesta senda, indispensável analisar primeiramente quais os requisitos necessários à formação do precedente.

Inicialmente, deve-se lembrar que não é toda decisão que será formadora de precedente. Embora todo precedente emane de uma decisão, nem toda ela será precedente, uma vez que é preciso dotar de certas características para se firmar como tal. Isto porque uma decisão que apenas faça remissão a precedente anterior ou que se limite a aplicar texto de lei que não requeira atividade interpretativa qualificada são alguns exemplos dos casos em que não se formará o precedente, por não inovar na ordem jurídica⁴¹. Ademais, insta clarificar que existem diversos tipos de decisão formadora de precedente⁴², o que vai variar de acordo com a função de cada uma no discurso argumentativo.

O artigo 926 do Código de Processo Civil de 2015⁴³ exige que os tribunais uniformizem a jurisprudência com base em critérios de estabilidade, integridade e coerência. Para fins do estudo em tela, acrescentou-se o critério da motivação no título do capítulo, como tentativa de reforçar essa característica fundamental do precedente de forma proposital, apesar da aparente redundância (decisão motivada). O destaque é necessário pelos argumentos que se passará a expor. Antes da específica explanação, insta delimitar os conceitos de cada

⁴¹ Sobre a função inovadora do precedente, cf. LOPES FILHO, Juraci Mourão. *Os precedentes judiciais no constitucionalismo contemporâneo brasileiro*. Salvador: Juspodivm, 2014. Defende o autor, na página 308, que, ao contrário do texto da lei, estático e sucinto, a decisão que forma precedente carrega uma discussão hermenêutica ampla que delinea um raciocínio jurídico do caso, expondo vários elementos levados em consideração para a decisão. Todavia, a decisão não exaure o debate, vez que impossível adiantar pré-conceitos e pré-julgamentos, por isso, então, fala-se no aperfeiçoamento e construção do precedente por meio de várias decisões posteriores.

⁴² Para Luiz Guilherme Marinoni, todo precedente emana exclusivamente das Cortes Supremas e, portanto, são vinculantes. MARINONI, Luiz Guilherme. *Precedentes Obrigatórios*. 3ª Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, p. 215-216. No mesmo sentido, MITIDIERO, Daniel. *Cortes Superiores e Cortes Supremas*, p. 71. Em contrapartida, Fredie Didier visualiza pelo menos seis tipos de efeitos jurídicos que um precedente pode ter, sendo o vinculante apenas um deles. DIDIER JR., Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. *Curso de direito processual civil*. Vol 2.10ª Ed. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 454. Também defensor da tese de que há mais de um tipo de precedente, MACÊDO, Lucas Buriel. *Precedentes judiciais e o direito processual civil*. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 306.

⁴³ Art. 926. *Os tribunais devem uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente.*
 § 1º *Na forma estabelecida e segundo os pressupostos fixados no regimento interno, os tribunais editarão enunciados de súmula correspondentes a sua jurisprudência dominante.*
 § 2º *Ao editar enunciados de súmula, os tribunais devem ater-se às circunstâncias fáticas dos precedentes que motivaram sua criação.*

característica aqui apontada como sendo crucial para uma decisão paradigma, conforme os dizeres do diploma processual.

O dever de uniformização foi imposto pelo artigo 926 do CPC/15 aos tribunais, sendo ainda dever corolário manter a jurisprudência íntegra, estável e coerente. Diante dos objetivos do presente estudo, a análise do tópico será voltada à discussão do papel desempenhado pelo dever de motivação em cada requisito de constituição do precedente, sem maiores detalhamentos acerca de cada um deles.

Tratando-se da uniformização, primeiro se reconhece que manter um sistema uniforme não é tarefa fácil, principalmente se tratando de um sistema jurídico que compreende um país de dimensões continentais como o Brasil. O que pretende o CPC/15 ao instituir a unidade da jurisprudência é tornar cada vez menos caótico o modo de produzir decisões judiciais, a partir de parâmetros concretos para elaboração de decisões, a fim de que o jurisdicionado saiba de antemão quais são seus direitos e como estes têm sido tratados pelos tribunais. Essa é a principal missão do legislador, porém a concretização do objetivo é árdua.

A instituição da uniformidade deve ter início no âmbito da jurisprudência de cada tribunal, seja ele local, regional ou superior, o que já demanda bastante esforço. Mas não somente isto, devem os tribunais, paralelamente, observar as decisões proferidas pelos tribunais que se sobrepõem na linha recursal, até o STF ou STJ, que são responsáveis pela uniformização final das questões constitucional e infraconstitucional respectivamente. Tais são as espécies de vinculação do precedente, que produz eficácia horizontal (voltada ao âmbito do próprio tribunal) e vertical (escalonamento que vai até os tribunais superiores, buscando ali a decisão final sobre o tema).

O dever de uniformização é pressuposto para um sistema que intenta adotar a teoria dos precedentes, sendo esta bastante marcada pelo aspecto racional da atividade judicante. A racionalidade está intimamente ligada aos autprecedentes (vinculação horizontal dos precedentes), vez que impõe um comportamento ao juiz para que profira a decisão sem se afastar do entendimento do Tribunal ao qual se encontra vinculado, reduzindo o espaço de arbitrariedade, por conseguinte⁴⁴. Ora, quanto mais próxima do julgador a regra da

44 Hermes Zaneti Jr. aduz para a racionalidade das decisões como sendo objetivo principal de uma teoria garantista dos precedentes, a qual estaria, dessa maneira, em conformidade com as virtudes do constitucionalismo garantista, solução mais do que adequada para um Estado Democrático Constitucional. Com efeito, o Poder Judiciário exerce uma dupla função: a de decidir controvérsias (discussão do caso) e a de enriquecer a oferta de normas jurídicas (discussão do precedente). Para tal, deve haver a fundamentação analítica adequada, como modo de garantir legitimidade a esse exercício. ZANETI JR., Hermes. *O valor vinculante dos precedentes: teoria dos precedentes normativos formalmente vinculantes*. 2ª Ed. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 294 e 361.

uniformização – elaboração de precedentes em cada tribunal – mais fácil haver o estreitamento das margens de conduta e imposição do cumprimento.

Considerando-se o exposto, não é possível admitir uma decisão paradigma – projetada para os casos futuros – que não observe o dever de motivação imposto pelo artigo 489 do CPC/15. A unidade da jurisprudência somente será estabelecida no momento em que se tiver conhecimento de qual caso originou o precedente e quais as razões para que o julgamento seja feito no sentido em que é definido. A partir disso, é que as condutas sociais serão direcionadas no sentido de buscar o melhor cumprimento do precedente firmado. Ademais, se não for bem fundamentado, não poderá ser tomado como legítimo, porque seria mais um ato impositivo arbitrário do que uma decisão judicial. Aliás, não é outro o pensamento adotado pelo código processual, tendo em vista que traz, no artigo 927, §1º⁴⁵, a obrigatoriedade de que as decisões sejam motivadas conforme o art. 489, ainda que a tese adotada seja fundada por precedente vinculante, sendo o artigo claro ao exigir os fundamentos na elaboração da sentença, sendo ela inválida se assim não o for.

Ainda a respeito da uniformidade, insta mencionar a necessidade de aplicação do mesmo entendimento em todo o país, o que configura respeito ao princípio da isonomia, tendo em vista a unidade da jurisdição. Se todos estão submissos a uma mesma ordem jurídica, não há razões para que a situação de uns seja resolvida de forma diferente da de outros cujas pretensões sejam similares, diferenciadas apenas pelo tribunal julgador. Assim, considerando também que existem advogados atuantes em comarcas diversas, seria ideal que estes encontrassem soluções jurídicas semelhantes para casos semelhantes de seus clientes, o que

⁴⁵ Art. 927. *Os juízes e os tribunais observarão:*

I - as decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;

II - os enunciados de súmula vinculante;

III - os acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos;

IV - os enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional;

V - a orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados.

§ 1º Os juízes e os tribunais observarão o disposto no art. 10 e no art. 489, § 1º, quando decidirem com fundamento neste artigo.

§ 2º A alteração de tese jurídica adotada em enunciado de súmula ou em julgamento de casos repetitivos poderá ser precedida de audiências públicas e da participação de pessoas, órgãos ou entidades que possam contribuir para a rediscussão da tese.

§ 3º Na hipótese de alteração de jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores ou daquela oriunda de julgamento de casos repetitivos, pode haver modulação dos efeitos da alteração no interesse social e no da segurança jurídica.

§ 4º A modificação de enunciado de súmula, de jurisprudência pacificada ou de tese adotada em julgamento de casos repetitivos observará a necessidade de fundamentação adequada e específica, considerando os princípios da segurança jurídica, da proteção da confiança e da isonomia.

§ 5º Os tribunais darão publicidade a seus precedentes, organizando-os por questão jurídica decidida e divulgando-os, preferencialmente, na rede mundial de computadores.

não é a regra. Por mais que os costumes locais possam mudar algumas relações jurídicas, há um núcleo comum que deriva da unidade nacional.

O mais importante de tudo é saber que essas questões não servem apenas ao debate acadêmico, mas são verdadeiros problemas de organização e de comportamento social. Tome-se como exemplo um casal que deseja fazer o planejamento familiar, mas a genitora não consegue engravidar, naturalmente pensarão nos métodos de gravidez assistida. A Organização Mundial da Saúde (OMS) considera a infertilidade como sendo doença, o que tem motivado várias mulheres inférteis a buscarem, no Judiciário, a cobertura, pelos planos de saúde, das operações de inseminação artificial. Entretanto, não são todos os tribunais que entendem ser possível. A controvérsia se inicia na Lei nº 9.656/98 (que regulamenta os planos privados de saúde), a qual, em seu artigo 10⁴⁶, exige que todas as doenças reconhecidas pela OMS devem ter cobertura obrigatória, mas traz a inseminação como exceção à obrigação. O argumento das mulheres interessadas no procedimento é no sentido de que a lei é contraditória, porque em seu artigo 35-C⁴⁷ determina cobertura obrigatória aos segurados no caso de planejamento familiar, portanto aqui estariam abarcados os casos não apenas das mulheres que usam métodos contraceptivos, como também as que desejam engravidar e não conseguem. Há alguns tribunais⁴⁸ que vêm aceitando os pedidos e reconhecendo a abusividade das cláusulas contratuais que vedam a cobertura do procedimento. Ora, este é um exemplo claro de situação corriqueira (planejamento família) que não pode ser resolvido sem a última palavra da jurisprudência para uniformizar o entendimento, já que não é justo algumas mulheres obterem o direito e outras não.

Avançando-se no debate, o requisito da estabilidade, previsto no art. 927 do CPC/15, por sua vez, também é almejado nas mais diversas áreas da vida humana⁴⁹. Não é

⁴⁶ Art. 10. *É instituído o plano-referência de assistência à saúde, com cobertura assistencial médico-ambulatorial e hospitalar, compreendendo partos e tratamentos, realizados exclusivamente no Brasil, com padrão de enfermagem, centro de terapia intensiva, ou similar, quando necessária a internação hospitalar, das doenças listadas na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, da Organização Mundial de Saúde, respeitadas as exigências mínimas estabelecidas no art. 12 desta Lei, exceto: (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)*
[...]

III - inseminação artificial [...] (grifo nosso).

⁴⁷ Art. 35-C. *É obrigatória a cobertura do atendimento nos casos: (Redação dada pela Lei nº 11.935, de 2009)*
[...]

III - de planejamento familiar

⁴⁸ Conforme pesquisa realizada pela página da Internet do JOTA, o TJ/SP tem sido favorável às concessões dos pedidos das mulheres, ao passo que o TJ/PE já indeferiu pedidos, adotando posição contrária. Disponível em <https://jota.info/justica/mulheres-vaio-justica-por-inseminacao-artificial-02012017>. Acessado em 16 de maio de 2017.

⁴⁹ Como exemplo, é típico da criança o costume de se perguntar a razão de ser das coisas, principalmente quando lhe é negado algum pedido. A primeira pergunta que se faz da negativa dos pais é “porque”. Frederick Schauer apresenta exemplo interessante na aplicação do precedente na educação da criança que,

novidade que os sujeitos de direito necessitem de regras pré-estabelecidas para atuar em sociedade, conforme ficou claro do exemplo acima. No âmbito do Direito principalmente, já que ele estabelece os limites à liberdade dos civis, que devem estar sempre atentos aos seus atos, sob pena de incorrerem em ilícitos. Portanto, nada mais justo que seja definido o modo de agir considerado correto pelos tribunais, para que todos possam adequar seus comportamentos a ele. Isto fica mais claro quando se percebe que a busca pelo Poder Judiciário não está apenas relacionada com a solução de conflitos (como exemplo a provocação do Judiciário pela definição do modo de ser de uma relação jurídica – artigo 19, I, CPC/15⁵⁰), então também é extremamente importante, vindo por este lado, saber a definição dos tribunais sobre questões simples, que movem o cotidiano das pessoas. Ora, se já foi decidido uma vez caso semelhante, poderá servir de repetição e de exemplo para casos futuros, sem a necessidade de se interpor nova ação, mas apenas seguir a decisão.

Outro ponto que revela a ligação do dever de motivação judicial com a estabilidade, por exemplo, é a definição dos conceitos jurídicos indeterminados, que normalmente são fixados pelo julgador à luz do caso concreto. O texto da lei é frio e sem vida, sendo necessária a atividade do intérprete para dar significado ao mesmo, portanto, mesmo que os indivíduos se arrisquem na aventura de ler a legislação, há termos que somente podem ser definidos pelo juiz. Dessa forma, também é necessária a estabilização para que não seja volátil a jurisprudência a ponto de impedir que as relações jurídicas sejam aperfeiçoadas. Não foi outro o mandamento do CPC/15, quando, no artigo 926, §1º, impôs o dever de os tribunais sumularem seus entendimentos dominantes em enunciados estáveis.

No que diz respeito aos deveres de coerência e de integridade, deve-se alertar para o fato de que são conceitos diferentes, muito embora sejam, por vezes, tratados como semelhantes. Não obstante, isto não significa que eles devem ser cumpridos por condutas separadas, até porque o que importa, ao final, é que ambos estejam satisfeitos, resultando no que Fredie Didier Jr. denomina de consistência. Ainda, aduz o autor que somente é possível falar em jurisprudência íntegra e coerente se ela estiver lastreada em precedente devidamente

ao tentar encostar-se à chama do fogão é impedida pelo genitor, que vai explicar o perigo advindo daquela tentativa e assim ela ficará longe porque conhece a razão da proibição. Ainda, se a uma criança é proibido certo comportamento, instintivamente ela questionará a proibição, na esperança de que possa rediscutir a decisão dos pais, até que, quando mais velha, entende as razões. SCHAUER, Frederick. Precedente. In: DIDIER JR., Fredie, CUNHA, Leonardo Carneiro da; ATAÍDE JR. Jaldemiro Rodrigues de; MACÊDO, Lucas Buriel de. *Precedentes*. Coleção Grandes Temas do Novo CPC, vol. 3. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 52-53.

⁵⁰ Art. 19. *O interesse do autor pode limitar-se à declaração:*
I - da existência, da inexistência ou do modo de ser de uma relação jurídica;
[...]

motivado⁵¹, uma vez que estes elementos se revelam na forma como foi desenvolvida a argumentação que ampara o precedente, por isso “tanto mais argumentos suportem a tese jurídica firmada, tanto mais consistente (íntegra e coerente) ela é”⁵².

Nesse sentido, o dever de coerência é dever de não-contradição, o que, em outras palavras, significa que os tribunais devem respeito às suas próprias decisões, seguindo o desenrolar da jurisprudência interna. Relevante destacar que a coerência é tratada como postulado por Humberto Ávila, ou seja, uma norma que institui os critérios para aplicação de outras normas (metanormas)⁵³. Explica o autor a importância da coerência, na medida em que é crucial para melhor compreensão do relacionamento entre as normas. É que ela estabelece tanto um vínculo vertical entre as normas (quando as normas inferiores devem observância às superiores) quanto um vínculo horizontal (sendo a norma específica uma explicação da norma geral), do que se conclui que as normas devem ser coerentes com o gênero mais abrangente, seja vertical ou horizontalmente. Isto se concretiza a partir da noção de autorreferência, a qual se traduz no dever de diálogo do tribunal com seus próprios precedentes consolidados, pois, ao decidir, o órgão vai aplicar o precedente ou afastá-lo por meio da superação ou distinção⁵⁴.

Já a integridade deve ser vista como dever de seguir o Direito enquanto unidade. Dentro dessa ideia, o julgador fica vinculado à Constituição, às normas infraconstitucionais como um todo e aos precedentes, perpassando todo o ordenamento jurídico brasileiro. Denominar algo de “íntegro” é caracterizá-lo como completo, ou seja, aquilo que atravessou todas as etapas e satisfaz os requisitos. No caso aqui, a decisão observou todos os parâmetros impostos pelo ordenamento, chegando a uma conclusão: seguiu o precedente por guardar similitude fática com ele ou afastou o precedente por ausência de conexão, ou ainda realizou a superação, por novidade advinda com o caso que modificou o entendimento. Nesta senda, a integridade se encontra intimamente aliada à regra da universalização, pois, do mesmo modo, visa racionalizar o sistema, gerando confiança e previsibilidade no Poder Judiciário.

51 DIDIER JR. Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. *Curso de Direito Processual Civil*. 10ª Ed. Vol. 2. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 478.

52 Ibidem, p. 479.

53 ÁVILA, Humberto. *Teoria dos Princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos*. 13ª Ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2012, p. 142-143.

54 Fredie Didier brinda o debate com exemplo de distinção mal realizada pelo STJ, quando entendeu serem diferentes as situações jurídicas dos núcleos de prática jurídica de instituições particulares de ensino com os núcleos de prática das instituições federais, para fins de aplicação do art. 186, §3º do CPC/15, ou seja, da aplicação do prazo em dobro para as entidades que prestam assistência jurídica gratuita, à época na vigência do CPC/73. (STJ, 3ª Turma, AgRg no AgRg no AgRg na MC 5.149/MG, rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, j. 15.10.2002, publicado no DJ de 25.11.02, p. 227). A decisão demonstra claramente a dificuldade dos tribunais brasileiros em realizar a distinção dos casos e a aplicação da mesma norma para casos semelhantes. DIDIER JR., Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. *Curso de Direito Processual Civil*. 10ª Ed. Vol. 2. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 480

Em breve síntese, o que pretende a sociedade é, de fato, confiança e estabilidade nas relações humanas, as quais são movidas pelas liberdades e restrições definidas pelo Direito, incluso aí as teses dos tribunais. O primeiro pressuposto para se atingir tal objetivo é um ambiente seguro e confiável que permita a autodeterminação dos sujeitos, com vistas a desenvolver a possibilidade de escolher o que se quer e o que se deve fazer e as consequências jurídicas atreladas aos atos. Uma vez de posse da autodeterminação, há a necessidade de ser tratado com igualdade perante a ordem jurídica. Por conseguinte, uma sociedade segura tem Direito caracterizado por cognoscibilidade, estabilidade, confiabilidade e efetividade. A primeira diz respeito ao direito que se dá a conhecer. Todo texto é passível de interpretações diversas, sendo todas legítimas, entretanto uma deve prevalecer. Pela estabilidade, temos que o direito não pode mudar de forma abrupta, embora essencial a mudança. Isto se lastreia no caráter humano de planejamento, sendo então, através das normas jurídicas, que o sujeito se pauta para atuar nas suas relações. Também uma sociedade segura depende de um direito confiável, diante do qual se opõem as questões problemáticas se esperando uma tutela e um socorro apropriados, para que se tenha a ideia de conforto na lei. Assim, diante de todos os aspectos conjugados, possível apreciar a efetividade do sistema, que caminhará para uma sociedade mais confiante⁵⁵.

Juraci Mourão Lopes Filho pondera que as exigências delineadas pelo art. 926 do CPC/15 para elaboração do precedente devem ser compreendidas de modo idôneo à teoria dos precedentes, com as devidas particularidades do sistema, sob pena de se cometerem os mesmos problemas hermenêuticos e teóricos enfrentados pelas leis em geral, justamente o que motivou a busca por novos modelos de decisão⁵⁶. Assim, os precedentes não devem ser considerados como mera imposição hierárquica das Cortes, formando uma estrutura fundacionalista estática e de repetição irrefletida, mas sim como uma construção parcelada e conjunta pelos vários órgãos judiciários em busca de um aprimoramento do sistema.

Voltando ao título do tópico, apesar da aparente tautologia empregada, ou seja, da motivação como sendo característica necessária dos precedentes, resta imprescindível a análise do dever de motivação sobre tal perspectiva, diante da forma como são elaboradas as decisões no Brasil. Com isto não se pretende alterar e nem sugerir uma mudança do texto

55 MITIDIERO, Daniel. Palestra apresentada no Seminário “O novo Código de Processo Civil” em 15 de agosto de 2016 na sede do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Recife-PE.

56 Aduz o autor para a inconsistência do modelo de teoria dos precedentes com base em uma estrutura hierarquizada (relação sistêmica de poder e dever), defendendo um sistema em rede, de hierarquia mitigada, de forma que as diversas instâncias participem da elaboração do precedente. LOPES FILHO, Juraci Mourão. *O Novo Código de Processo Civil e a sistematização em rede dos precedentes judiciais*. In: DIDIER JR., Fredie, CUNHA, Leonardo Carneiro da; ATAÍDE JR. Jaldemiro Rodrigues de; MACÊDO, Lucas Buriel de. *Precedentes*. Coleção Grandes Temas do Novo CPC, vol. 3. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 147.

legal, mas apenas debruçar-se sobre o debate, fazendo inculcar no leitor a provocação acerca da necessária motivação no momento de feitura do precedente, já que tão desconsiderada.

O dever de motivação é relegado na maioria dos casos, sempre sob a incansável justificativa do grande número de processos em tramitação, o que impede a boa elaboração das decisões judiciais. Não se nega tal realidade, porém não podem os direitos dos jurisdicionados ser abandonados nesse contexto. Diante desse impasse e com o fito de ajustar o discurso sobre a quantidade e a qualidade das decisões é que se apresenta o corrente trabalho, tornando a motivação mais um dos requisitos na elaboração do precedente, tão importante ou mais ainda que os outros. O mandamento advindo do artigo 489, §1º do CPC/15 se constrói no sentido de determinar que sejam todas as manifestações judiciais de conteúdo decisório feitas com observância dos requisitos elencados nos incisos subsequentes ao caput, sob pena de nulidade da decisão. As situações que foram listadas no §1º do artigo trazem exemplos nos quais há flagrante transgressão do dever de motivar, o que, diga-se de passagem, não exclui outras, sendo meramente exemplificativo o rol⁵⁷.

A regra da motivação no Direito brasileiro deve ser redimensionada⁵⁸, na medida em que a introdução da técnica de elaboração de decisões a partir de precedentes exige núcleo mínimo para a construção do paradigma, já que é na motivação que se encontra o precedente em sentido estrito (*ratio decidendi*)⁵⁹.

2.2 A indispensabilidade da fundamentação ao elaborar a *ratio decidendi*

A ruína das estruturas modernas e a quebra da exegese rígida foram resultados das transformações ocorridas no pós-guerra, como, por exemplo, o constitucionalismo contemporâneo, o estado de bem estar social, a mudança na técnica legislativa (enunciados de textura mais aberta) e isto ensejou uma atividade mais criativa por parte dos juízes⁶⁰. Isto não significou o fim do racionalismo, nem mesmo autorização para arbitrariedades e voluntarismo extremado, mas sim a exigência de uma nova forma de pensar o Direito e a maneira como se

57 CUNHA, Leonardo Carneiro da. In: Breves Comentários ao Novo Código de Processo Civil. WAMBIER, Teresa Arruda Alvim [et al.] (orgs.). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 1230-1231.

58 DIDIER JR., Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. *Curso de direito processual civil*. Vol 2. 10ª Ed. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 470.

59 O precedente pode tanto significar a decisão como um todo, na sua íntegra com todos os elementos, quanto apenas a norma jurídica aplicável, a *ratio decidendi*. MACÊDO, Lucas Buril. *Precedentes judiciais e o direito processual civil*. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 102.

60 ATAÍDE JR., Jaldemiro Rodrigues de. *A fundamentação adequada diante do sistema de precedentes instituído pelo NCPC*. In: LEMOS, Vinícius Silva; LEMOS, Walter Gustavo da Silva [orgs.]. *Precedente Judicial*. São Paulo: Lexia, 2016, p. 143.

vem construindo as decisões judiciais, notadamente através do filtro constitucional que impõe algumas premissas básicas, dentre elas a de uma adequada fundamentação das decisões.

Com o advento do Novo Código de Processo Civil, a atuação do magistrado foi amplamente regradada no que diz respeito à forma de construção das decisões judiciais, principalmente de precedentes, de maneira que algumas exigências devem ser cumpridas, a fim de dar maior completude ao sistema. O artigo 926 do CPC/15 é enfático ao demandar maior comprometimento para com a atividade decisória, devendo ser mantida a jurisprudência estável, íntegra e coerente, o que foi detalhado no item anterior.

Tratar dos elementos do precedente, sobretudo a respeito da definição do que seja *ratio decidendi*, perpassa longo debate doutrinário, que não assume consenso justamente pela dificuldade em se delimitar com precisão os contornos exatos do termo. As discussões sobre a distinção entre *ratio decidendi* e *obiter dictum* são muito antigas e têm se arrastado durante todas as fases do pensamento jurídico. Na realidade, a formação de conceitos em cada doutrinador é motivada pela tendência ideológica que ele segue, portanto o “ponto de referência” para as conceituações terminológicas vai ser a ideologia adotada⁶¹. Desta sorte, observa-se a existência de várias tentativas, ao longo dos tempos, de estabelecer métodos que demonstrassem como separar *ratio decidendi* e *obiter dictum*⁶², cada um dando ênfase a um ponto específico da decisão sobre o qual recairia a *ratio* – seja ressaltando a questão fática, seja a regra jurídica ou qualquer outro modo de sobrelevar um aspecto diferenciador da decisão que o caracterize como vinculante.

Quando se trata do conceito de *ratio decidendi* para o *common law*, significa as razões de decidir, sendo sinônimo de norma jurídica. Por outro lado, no âmbito do direito brasileiro o termo se apresenta para o STF e STJ como sendo os motivos determinantes que projetam uma eficácia transcendente para o futuro⁶³. Importante destacar que as razões de decidir extraíveis do precedente não se confundem com o texto escrito, uma vez que se faz necessária a realização da interpretação, a fim de consolidar a norma jurídica que realmente constitui o precedente. Apenas depois da atividade interpretativa é que será a norma jurídica confrontada com as situações futuras, a fim de que seja realizado o cotejo analítico e, por conseguinte, efetivada a possível incidência do precedente naquele caso.

61 FILHO, Juraci Mourão Lopes. *Os precedentes judiciais no constitucionalismo contemporâneo brasileiro*. Salvador: Juspodivm, 2014, p. 180.

62 Os mais conhecidos métodos de definição da *ratio decidendi* são os de Wambough e de Goodhart. Enquanto o primeiro leva em consideração as questões fáticas ao redor do precedente, o segundo toma como mais importante a regra jurídica na definição das razões de decidir. MACÊDO, Lucas Buriel. *Precedentes judiciais e o direito processual civil*. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 311-317.

63 MACÊDO, Lucas Buriel. *Op. Cit.*, p. 311.

Não obstante os longos debates doutrinários, basicamente assente a definição de que a *ratio* constitui a parcela obrigatória e vinculante do precedente⁶⁴, ao passo que *obiter dictum* seriam elementos anexos à *ratio* e que não essenciais à decisão, porque dispensáveis no resultado que realmente vincula. Bastante difícil definir os limites dessa relação, haja vista que apenas no caso concreto é possível observar o que de fato importa e o que são meras ilações. Nesse sentido, a fundamentação do precedente faz toda a diferença no momento de estabelecer cada um, visto que a *ratio* será constituída dos fundamentos determinantes, separada dos argumentos de passagem (*obiter dictum*) que também integram a decisão.

A delimitação da *ratio decidendi* se mostra necessária a partir do momento que o precedente está pronto para ser interpretado e utilizado por outros órgãos judiciais. Isto porque é neste ponto que será feito o cotejo analítico da similitude fática do caso concreto em comparação com a decisão modelo. Após a identificação do caso análogo, são buscados no precedente os elementos que fazem parte do núcleo da decisão, isto é, as razões de decidir, porque nem tudo aquilo que consta da decisão paradigma é importante na sua posterior utilização. Do contrário, se tudo que estivesse posto na decisão constituísse objeto vinculante, então seriam abertas oportunidades muito amplas para o juiz elaborador do precedente, que poderia decidir sobre quaisquer aspectos secundários em todas as suas manifestações decisórias⁶⁵. A propósito, a partir dessa constatação, fica clara a importância da regra da universalização⁶⁶, que deve ser o norte dos julgadores na elaboração dos precedentes, porque parte da ideia de abstrair o universo particular do caso concreto para admitir uma perspectiva

64 Nesse sentido, cf. MACÊDO, Lucas Buril. *Contributo para a definição de ratio decidendi na teoria brasileira dos precedentes judiciais*. In: DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da; ATAÍDE JR., Jaldemiro Rodrigues de; MACÊDO, Lucas Buril de. *Precedentes*. Coleção Grandes Temas do Novo CPC, vol. 3. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 216 e ZANETI JR., Hermes. *O valor vinculante dos precedentes*. 2ª Ed. Salvador: Juspodivm, 2016.

65 Analisando esse aspecto, Rodrigo Ramina de Lucca traz o REsp nº 813.430/SC, a título de exemplo de como pode a *ratio decidendi* da decisão estar subvertida sob o manto da unanimidade do colegiado. No caso, constou da ementa que o sócio, que pretende expulsar o outro da sociedade, deveria colocar no pólo passivo da ação junto a este os sócios remanescentes e a pessoa jurídica. Entretanto, a decisão foi emendada conforme a posição defendida pelo relator no colegiado, mas nem tudo foi objeto de decisão uniforme, pois todos acordaram que a sociedade deveria ser citada no processo, mas em relação aos sócios remanescentes não houve debate, muito menos decisão. Entretanto, por ser parte da decisão do relator, entrou como razão de decidir. Por isso a importância da reformulação da teoria dos precedentes no Brasil, mormente sob o enfoque da motivação. LUCCA, Rodrigo Ramina de. *O dever de motivação das decisões judiciais*. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 289-290. Aliás, a respeito dos julgamentos colegiados, Lucas Buril defende que as decisões resultantes não são sequer formadoras de *ratio decidendi*, constituindo um precedente sem *ratio decidendi*. MACÊDO, Lucas Buril. *Precedentes judiciais e o direito processual civil*. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 334.

66 Defendendo a regra da universalização, em detrimento da regra da igualdade, Hermes Zaneti Jr. explica que os casos paradigmas não devem ser formados apenas à luz do caso concreto, mas também com relação a casos em análoga situação, o que reforça a racionalidade do sistema. Assim, os juízes dos casos futuros terão que cumprir pesado ônus argumentativo para superar a tese já firmada a partir de ampla fundamentação. ZANETI JR., Hermes. *O valor vinculante dos precedentes: teoria dos precedentes normativos formalmente vinculantes*. 2ª Ed. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 355

bem mais ampla e duradoura daquela decisão, já que servirá para os próximos casos que tratem da mesma matéria.

A partir da instituição de um sistema baseado em precedentes, a postura dos juízes deve mudar, tendo em vista a consciência de que as decisões proferidas no caso concreto, a depender do grau de vinculação que carreguem, podem ser voltadas para o futuro, isto é, sua aplicação será ainda utilizada por bastante tempo. É a atribuição de nova responsabilidade, principalmente para as Cortes de Uniformização, já que os precedentes ali formados tendem a ser banhados pela vinculatividade e consequente estabilidade. Trata-se, como dito, da regra da universalização, a qual tem origem no imperativo categórico de Kant e se traduz na prospecção para o futuro das decisões proferidas hoje, que serão aplicadas nos casos análogos a partir do seu estabelecimento.

Hermes Zaneti Jr.⁶⁷ insiste na doutrina de que os entendimentos consolidados pelos tribunais somente serão aplicados após a leitura acurada dos precedentes que lhe originaram, sendo tarefa de importância ímpar na aplicação do precedente. Inclusive, ainda que exista súmula ou jurisprudência dominante sobre determinado assunto, não poderá haver dispensa da leitura atenta do precedente que lhe deu causa, porque aqueles institutos somente podem ser adequadamente compreendidos à luz da fundamentação de origem, incluídas as circunstâncias de fato, sob pena de nulidade. Assim, a *ratio decidendi*, na visão do CPC/15, é unidade fático-jurídica, sendo as súmulas a forma de externalizar o conteúdo, sem dispensar a análise da referida unidade.

Insta salientar que a definição da *ratio decidendi* é feita após a maturação da decisão em casos posteriores, portanto ela não se confunde com a fundamentação feita no primeiro julgamento, visto que a norma jurídica extraída se constrói ao longo do tempo⁶⁸. Por essa perspectiva, a importância da motivação se demonstra quando cada decisão vai moldando a anterior, aumentando ou diminuindo a abrangência da *ratio*, considerando as razões fáticas que ensejaram a mudança.

Ainda, a incidência do precedente nos casos futuros depende de uma atividade interpretativa por parte dos julgadores supervenientes que irão utilizá-lo, por isso tão importante o debate do órgão judicial com as partes, para que, a partir do contraditório, sejam delineados novos contornos da *ratio decidendi* em construção. Também, que este amplo debate seja baixado a termo de forma responsável, fazendo jus ao dever de fundamentação

67 ZANETI JR., Hermes. *O valor vinculante dos precedentes: teoria dos precedentes normativos formalmente vinculantes*. 2ª Ed. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 351.

68 MACÊDO, Lucas Buril. *Precedentes judiciais e o direito processual civil*. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 310.

analítica, permitindo que se verifique a pertinência ou não da decisão paradigma escolhida ao caso em espécie⁶⁹. Com efeito, após a mudança do diploma processual, é dada às partes a oportunidade de discutir em situação de igualdade também sobre as questões de direito, incidentes na lide, o que inclui a adequação de um precedente ao caso. Essa é a maior ligação que se pode realizar entre o sistema de precedentes e o dever de motivação, à luz do CPC/15, embebida de ampla participação dos sujeitos interessados e, por isso, configurando pleno exercício de um processo democrático⁷⁰.

No que diz respeito à motivação, por mais que a norma jurídica não se confunda com o texto escrito do precedente, é da fundamentação que se inicia a atividade interpretativa para nortear a incidência ou não do precedente ao caso. A norma jurídica do precedente é construída a partir da conjugação de vários casos concretos, conforme dito, os quais vão estruturando e delimitando a aplicação do precedente, fazendo distinções e estabelecendo semelhanças, ao mesmo tempo em que a fundamentação pode permanecer a mesma. Não obstante a natureza estática da fundamentação (já que feita através do texto), não fica a interpretação do texto comprometida, já que a mutação da linguagem segue o contexto e não o contrário.

Ainda que a *ratio decidendi* ultrapasse a noção de fundamentação do precedente, não se confundindo com ela – já que a norma será definida a partir da conjugação de casos posteriores – no direito brasileiro atual, a concepção de precedente sem fundamentação não parece ser muito bem recebida pelos aplicadores do direito. E nem parece ser aceitável, em nossa opinião, diante de um contexto que se pretende enxugar o grande número de ações que tramitam perante o Judiciário. Explico.

Naturalmente se fundou a cultura da recorribilidade das decisões, sendo elas causadoras da overdose de processos, os quais, muitas vezes, surgem para questionar a falta da exposição das razões que justificam a tese adotada. Ora, já é um problema enorme lidar com decisões mal fundamentadas, avalie-se então a existência de precedentes que não sejam dotados da motivação alguma. Para constituir precedente, não basta apenas indicar o texto legal que se aplica ao caso, mas sim inovar na ordem jurídica, fixando o que será tido como a interpretação correta do texto legal e em quais situações ele poderá ser utilizado; para isso, é preciso que exista a fundamentação adequada. O precedente não precisa ser vinculante

69 MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo Curso de Processo Civil*. Vol. 2. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 614.

70 Cf., a propósito, NUNES, Dierle José Coelho. *Processo Jurisdicional Democrático*. Curitiba: Juruá, 2012.

necessariamente, mas, ainda que seja persuasivo, não será revestido dessa qualidade se apenas limitar-se a indicar o dispositivo legal.

O precedente serve para uniformizar certo entendimento, que necessariamente foi amparado em algumas razões, portanto estas devem ser expostas. Lucas Buriel⁷¹ entende que decisões com fundamentação deficiente são formadoras de precedente sem *ratio decidendi*, posicionamento que ousamos discordar. Não vemos como pode a decisão mal fundamentada formar um precedente, já que seria constituída apenas da situação fática e do dispositivo, sem qualquer argumentação lógica que justifique a incidência. Para isto já se tem a lei, que é apta à mera subsunção do fato à norma, sem maiores ilações, podendo qualquer juiz realizar tal atividade, em qualquer caso, diante da jurisdição que lhe foi conferida, ainda que a decisão venha a ser reformada no tribunal. Outra coisa é a exposição do liame que fez conectar os fatos à norma de incidência, trazendo as razões que geraram aquele entendimento e que justificam os fatos semelhantes e posteriores a adotarem a mesma decisão. Em situações em que não há maiores dúvidas, a fundamentação básica é suficiente, porque a lei já possui conteúdo próprio para ser aplicada, mas ainda assim necessária. Nos casos difíceis é que a motivação mais acurada é imprescindível, para que não seja dado ao bel prazer do órgão julgador a tarefa de juntar o fato à norma sem dizer o porquê.

Na verdade, considerando-se a realidade brasileira, uma decisão ausente de fundamentação ensejaria, de imediato, a interposição de embargos declaratórios, consubstanciado no inciso II do parágrafo único do art. 1.022 do CPC/15, ou seja, não pode haver decisão judicial sem a devida motivação, sob pena de ser reformada no tribunal.

Importante destacar que a elaboração da *ratio decidendi*, e dos precedentes de uma forma geral, nos moldes previstos pela leitura sistemática do novo Código de Processo Civil, deverá ser bem mais acurada e cuidadosa, com ampla participação da sociedade e dos envolvidos no caso. É que a decisão paradigma visa a estabilidade, portanto deve ser bem fundamentada, para que não seja necessária sua mudança em tão curto espaço de tempo. Daí a razão pela qual se mostra imperiosa a atuação do advogado na decisão do caso concreto, porque não mais vigora a ideia de dar os fatos ao juiz para que ele retorne com o direito, tendo em vista não ser ele titular exclusivo do saber jurídico, sendo apenas mais um operador do mesmo, com poderes decisórios. É por meio do advogado que será delineado o andamento do caso, a partir das questões escolhidas e dos argumentos utilizados, congregando todos os

71 Defende o autor que a fundamentação não é essencial para a existência do precedente, devendo, neste caso, a *ratio decidendi* ser compreendida de acordo com os fatos e a decisão alcançada. Aqui o que haveria, na visão do mesmo, é a formação de um precedente fraco, mas, ainda assim, precedente. MACÊDO, Lucas Buriel. *Precedentes judiciais e o direito processual civil*. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 334.

elementos que foram vistos durante o processo, para finalizar em uma decisão bem fundamentada e estruturada conforme o que foi debatido. É papel dos patronos judiciais forçar as teses argumentativas e, a partir disso, é que vai ser escolhido pelo juiz o caminho a ser traçado para os casos futuros semelhantes.

Isto posto, partindo-se da ideia da ampla argumentação, não se tem como usar apenas um método para separar os conceitos de *ratio decidendi* e *obiter dictum*, mas sim uma construção hermenêutica⁷². É preciso observar o que, de fato, inova na ordem jurídica através do precedente e, após isso, perceber que a *ratio decidendi* pode ser advinda do fato concreto que ensejou a decisão, das regras jurídicas que incidem no caso e de outras fontes igualmente importantes, mas que, no caso específico, foram mais relevantes na fixação do precedente.

2.3 A eficiência das decisões baseadas em precedente adequadamente motivado

Passadas algumas premissas, possível adentrar na discussão da eficiência da decisão que foi perfeitamente motivada. O que se pretende, neste ponto, é demonstrar que a elaboração de precedentes adequadamente motivados pode vir a gerar um ganho de eficiência no sistema processual brasileiro. Com efeito, restará claro que a motivação é elemento imprescindível na racionalização do sistema, pois permite que a análise de casos futuros, semelhantes ao da decisão paradigma, afaste o que a doutrina da ciência da Administração chama de ‘desperdício’.

Antes de tudo, impende realizar a diferenciação dos institutos da efetividade, eficácia e eficiência. A efetividade ocorre quando o processo concretiza o direito pleiteado⁷³, e se relaciona com os impactos gerados pelo resultado, pois mensura as transformações ocorridas e verifica se foram eficientes (sem perdas). A eficácia, a seu turno, está relacionada pura e simplesmente à satisfação do resultado, a partir da comparação entre aquilo que se objetivava inicialmente e o que se obteve ao final. Por fim, a eficiência é conceituada pela Ciência da Administração⁷⁴ como fruto da relação entre esforço e resultado e, em termos proporcionais, quanto menor o esforço para produção de determinado resultado, mais eficiente é o processo. Antônimo da eficiência é o desperdício, que deve ser evitado para a

72 FILHO, Juraci Mourão Lopes. *Os precedentes judiciais no constitucionalismo contemporâneo brasileiro*. Salvador: Juspodivm, 2014, p. 1183-184. Seguindo a mesma posição no que diz respeito à desnecessidade de se apegar a um só método de separação da *ratio decidendi*, Lucas Buriil aponta para o fato de que a definição da norma do precedente é argumentativa, partindo do texto para chegar à norma, através de um processo de concretização interpretativo e colaborativo, que, por sua complexidade, não pode ser definido aprioristicamente por um só método. MACÊDO, Lucas Buriil. *Precedentes judiciais e o direito processual civil*. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 337.

73 DIDIER, Fredie. *Curso de Direito Processual Civil*. Vol 1. 17ª Ed. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 103.

74 MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. *Introdução à Administração*. São Paulo: Editora Atlas, 2009, p. 50.

eliminação dos custos do processo, reduzindo ao máximo a atividade que não agrega valor ao resultado perquirido. Trazendo o debate para a realidade jurídica, tem-se que é dever do órgão julgador, enquanto gestor público, ir atrás do objetivo final do processo utilizando-se de meios satisfatórios, em termos quantitativos, qualitativos e probabilísticos⁷⁵. É nesta última perspectiva que trabalharemos a avaliação de desempenho dos precedentes que sejam elaborados de forma a atender o requisito da adequada motivação, sem perdas e sem desperdícios, concretizando direitos.

A elaboração da decisão deve levar em conta toda uma gama de critérios que digam respeito à matéria em análise, de forma a tentar percorrer o máximo de aspectos que possam ser objeto de futuros debates. É que a formação do precedente tem por finalidade a estabilização do entendimento, portanto quanto mais abrangente a decisão, mais elementos serão passíveis de incidência. Inclui-se, no ponto, a possibilidade de o magistrado convocar a sociedade, para que, em amplo debate (se utilizando das formas processuais de consulta pública, a exemplo do *amicus curiae*), possam ser trazidos à tona os anseios sociais, permitindo ao órgão julgador que se aproxime da realidade e possa produzir uma decisão justa e dialógica. Assim, após ter se debruçado sobre o tema, convocando principalmente peritos especializados e outros profissionais de destaque, restará uma decisão completa, digna da formação de precedente judicial. Com efeito, tal pronunciamento poderá ser amplamente discutido e interpretado, a fim de que se desenvolva ainda mais nos próximos casos semelhantes que venham a surgir.

Observa-se que, nas novas aplicações do precedente, não mais será exigido do magistrado que se debruce sobre os mesmos aspectos e as minúcias já discutidas, tendo em vista que já foi feito tal procedimento pelo órgão fundador do precedente. O que se deve perquirir é a instauração do cotejo analítico para saber se o caso em análise é semelhante ao caso objeto do precedente, após o que será possível aplicá-lo. É então neste ponto que a eficiência se mostra presente. Isto porque as próximas questões trazidas ao judiciário que combinem os mesmos elementos da decisão paradigma não mais precisarão ser detalhadamente julgadas, mas sim comparadas, pois já existe uma decisão a respeito e que cuidou de desenvolver muito bem a matéria. Em não sendo o caso de diferenciação (*distinguish*), o precedente cairá perfeitamente no caso concreto, devendo ser utilizado como referência pelo juiz da causa, que economizará tempo. Isto não significa mera subsunção, nem

75 DIDIER, Fredie. *Op. Cit.*, p. 102-103.

mesmo que o órgão julgador vai simplesmente mencionar o precedente e passar para o próximo processo, longe disso.

A título de exemplo, serve um caso do cotidiano da Justiça Federal, âmbito em que diariamente se pleiteiam medicamentos para o tratamento de doenças. A questão que se insurge é sobre a suficiência do remédio oferecido pela rede pública e o tratamento ordenado pelo médico particular, que traz medicamento muitas vezes não ofertado pelo sistema público, ainda que possua componentes semelhantes. O juiz, diante do caso concreto, em que se põe de um lado uma doença grave e do outro uma interrogação, para saber qual remédio é necessário ao tratamento, não poderá se abster do julgamento e terá que decidir a lide. Ao julgador são dadas as ferramentas processuais para que possa se debruçar sobre o tema, fazendo pesquisas na jurisprudência, na ciência especializada (medicina), nos estudos científicos realizados sobre cada componente do medicamento, na consulta aos sujeitos processuais, consulta a peritos, entre outros. Após angariar todo tipo de informação, o juiz terá se aprofundado sobre a matéria e motivará sua decisão com base em tudo que obteve, a fim de consolidar o entendimento e extrair qual o remédio a ser ministrado naquela doença. Finalmente, para todos os casos futuros em que a mesma doença for objeto de discussão, já se saberá que tal medicamento é o suficiente. Isto se mostra importante até mesmo para fixação das políticas públicas, vez que será possível determinar qual deve ser o medicamento ofertado, sob pena de incorrer em inúmeras ações judiciais que irão contestar o fornecimento incorreto. Aqui, mais uma aplicação da eficiência, visto que o resultado do paradigma foi evitar a interposição de ações judiciais.

Com efeito, os próximos julgadores não estarão livres do dever motivacional, pelo contrário, devem realizá-lo sempre, todavia de forma menos minuciosa. É que os fundamentos para a relação entre a doença e o remédio já foram destacados, restando aos juízes que indiquem o porquê de terem se remetido ao tal precedente e realizar o cotejo de semelhança. É então que se vê o ganho de tempo e de eficiência na prestação jurisdicional, evitando-se os desperdícios, tirando do juiz a atividade repetida de julgar novamente matéria que já foi julgada anteriormente, nos mesmos moldes. É obvio que os resultados desse sistema jurídico que se defende não virão de forma imediata, até porque não depende apenas do magistrado, mas de atitude conjunta, conforme veremos.

Um exemplo prático, real, que mostra a eficiência que se ganha atualmente com o debate é a decisão resultante do reconhecimento constitucional da união homoafetiva pelo

Supremo Tribunal Federal na ADIn 4.277⁷⁶. Tal precedente se dedicou à análise da união homoafetiva como sendo mais uma forma de manifestação de afeto social, amplamente reconhecida e praticada, mas até então ignorada pelo sistema jurídico. Assim, por se tratar de questão de grande repercussão geral, vários foram os convocados a debaterem a lide, a exemplo da ONG internacional Conectas Direitos Humanos, da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT), da Associação de Incentivo à Educação e Saúde de São Paulo, do Instituto Brasileiro De Direito De Família (IBDFAM), como forma de chamar a sociedade para a solução final. Desta sorte, várias foram as implicações geradas pela decisão, a saber aspectos previdenciários, assistenciais, entre outros.

O que se deve aquilatar, que importa para os limites deste trabalho, é que os processos futuros que envolverem o reconhecimento da união homoafetiva não mais irão se dedicar ao mesmo trabalho já enfrentado pelo STF, que pacificou o entendimento sobre o assunto e finalizou as discussões. Assim, os processos de benefícios previdenciários e outros temas que tiverem por preliminar a questão da união homoafetiva vão se ater aos seus propósitos e fazer referência à ADIn 4.277, com o devido cotejo analítico. Vale salientar que os tribunais posteriores não poderão apenas se referir ao precedente como “é lícita a união homoafetiva” ou “precedentes da corte”, devendo ir fundo no caso concreto e observar se não existe algum elemento diferenciador, que não permita a utilização do paradigma⁷⁷.

Vale dizer que tal constatação se aplica à utilização de quaisquer das espécies de precedentes, seja vinculante ou apenas persuasivo, porque ambos servirão de parâmetro argumentativo nas decisões futuras. Assim, o aspecto diferenciador será a obrigatoriedade do uso, no caso dos precedentes vinculantes, mas o ponto que aqui se debate, sobre a eficiência na prestação jurisdicional, se aplica a quaisquer deles.

A propósito, em relação à eficiência gerada pelo uso dos precedentes vinculantes, Frederico Koehler⁷⁸ apresenta interessante estudo a respeito da correlação entre o dever motivacional do juiz e a desnecessidade de reiteração de todos os argumentos já enfrentados

76 ADI 4277, Relator(a): Min. Ayres Britto, Tribunal Pleno, julgado em 05/05/2011, DJe-198 DIVULG 13-10-2011 PUBLIC 14-10-2011 EMENT VOL-02607-03 PP-00341 RTJ VOL-00219-01 PP-00212.

77 Consoante lição de Juraci Mourão Lopes Filho, o precedente surge para colaborar na eficiência do sistema, mas não significa que poderá se simplesmente citado, até porque este é um dos grandes problemas questionados por este trabalho, a falta de motivação. A propósito, destaca o autor que “economia argumentativa não é dispensa de fundamentação, e sim desnecessidade de repetição do que já fora institucionalmente apreciado, desde que efetivamente parecido”. FILHO, Juraci Mourão Lopes. *Os precedentes judiciais no constitucionalismo contemporâneo brasileiro*. Salvador: Juspodivm, 2014, p. 371-374.

78 KOEHLER, Frederico Augusto Leopoldino. *O sistema de precedentes vinculantes e o incremento da eficiência na prestação jurisdicional: aplicar a ratio decidendi sem rediscuti-la*. Revista de Processo 258/341-356. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, ago. 2016, p. 342-343.

no precedente. O ponto de partida de sua análise é a emblemática discussão sobre o art. 489, §1º do CPC/15 e o efeito que seus incisos trouxeram no meio jurídico, mormente para os magistrados, que têm sido inflexíveis em aceitar a mudança. Entretanto, o autor ensina que, na verdade, não houve mudança, porque a obrigatoriedade já existia desde há muito antes, não havendo razões para tamanha celeuma e resistência.

Em seguida, na análise, propõe-se o autor a responder se, em todas as decisões, é exigível do magistrado o mesmo nível de fundamentação. Em outras palavras, se, em uma decisão que esteja amparada por precedente vinculante, há a necessidade de imposição do mesmo ônus motivacional ao julgador que em uma decisão que não esteja aplicando uma decisão paradigma. De pronto, já afirma o autor que não faz sentido dar esse (re)trabalho ao julgador, consistindo em verdadeiro desperdício de produtividade, consoante já analisamos acima. Observa ainda que, sobre o assunto, já existe pronunciamento das reuniões de processualistas, notadamente do Fórum Permanente de Processualistas Civis (FPPC)⁷⁹, no sentido de dispensar tal análise acurada sobre os aspectos do caso concreto que já tenham sido objeto de discussão na corte superior (já que trata o artigo sobre precedentes vinculantes).

Frisa o autor a importância da motivação, vez que um precedente bem elaborado pode inclusive ser aplicado de imediato pelo relator, através de decisão monocrática, reduzindo o número de processos que vão ao plenário, permissão feita pelo art. 932, IV e V⁸⁰ do CPC/15. Levanta ainda a crítica às vicissitudes até então instauradas no cotidiano brasileiro, em que se considerava suficiente a atitude trivial de apenas citar enunciados de súmula ou ementas de julgados, confundindo o resumo da decisão com a *ratio decidendi* extraível dela. Muito embora seja difícil lidar com precedentes, tendo em vista a complexa tarefa de se encontrar o núcleo da *ratio*, estes podem ser bastante eficientes na luta contra a

79 O enunciado 524 do FPPC é claro nesse sentido: “O art. 489, §1º, IV, não obriga o órgão julgador a enfrentar os fundamentos jurídicos deduzidos no processo e já enfrentados na formação da decisão paradigma, sendo necessário demonstrar a correlação fática e jurídica entre o caso concreto e aquele já apreciado. (Grupo: Precedentes, IRDR, Recursos Repetitivos e Assunção de competência) .

80 Art. 932. Incumbe ao relator:

[...]

IV - negar provimento a recurso que for contrário a:

a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal;

b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos;

c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;

V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a:

a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal;

b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos;

c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência

inundação do Poder Judiciário, que vem se equipando com instrumentos hábeis para afastar-se disso.

Congregando os institutos mencionados, oportuno o enunciado 19 da Enfam (Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados):

A decisão que aplica a tese jurídica firmada em julgamento de casos repetitivos não precisa enfrentar os fundamentos já analisados na decisão paradigma, sendo suficiente, para fins de atendimento das exigências constantes no art. 489, § 1º, do CPC/2015, a correlação fática e jurídica entre o caso concreto e aquele apreciado no incidente de solução concentrada.

Diante disso, percebe-se quão valiosa é a fundamentação de uma decisão. Aliás, o precedente pode servir como fundamento para diversas decisões, conforme percepção da doutrina de Dierle Nunes⁸¹:

Este precedente serviria como fundamento de julgamento (artigo 489, §1º, V e VI) em: a) julgamentos liminares de improcedência (artigo 332); b) tutelas antecipadas da evidência (artigo 311, II); c) decisões monocráticas (artigo 932, IV e V); d) resolução de conflitos de competência (artigo 955, parágrafo único, I e II); e) obtenção de executividade imediata de sentenças (artigo 1.012, V); f) impedimento de reexame necessário (artigo 496, §4º, II). Não se olvidando de potenciais funções rescindentes (artigos 525, §15 e 535, §§5º e 8º).

Com efeito, apenas resta torcer primeiramente pela mudança de mentalidade dos operadores do direito, tendo em vista o ganho de causa proporcionado pela utilização de precedentes bem sedimentados, ou seja, com uma fundamentação digna de um caso paradigma. Portanto, em havendo uma decisão corretamente construída, com análise pormenorizada dos aspectos relevantes do caso, não será necessário enfrentar novamente o tema, a não ser nas situações em que isto seja decorrência da evolução do pensamento jurídico, ensejando o *overruling* daquele precedente. Assim, nas causas supervenientes cuja razão de decidir deva ser pautada nos moldes da decisão paradigma, basta um juízo bem fundamentado de adequabilidade da decisão ao caso e a justificativa da escolha do referido precedente, remetendo o interessado àquela decisão que exauriu o tema no momento oportuno.

3. Exigências do Código de Processo Civil: por uma fundamentação qualificada nos moldes do art. 489, §1º

81 NUNES, Dierle. Proposta de reforma do novo Código de Processo Civil apresenta riscos. *Revista Consultor Jurídico*, 26.11.2015. Disponível em <http://www.conjur.com.br/2015-nov-26/dierle-nunes-proposta-reforma-cpc-apresenta-riscos>. Acessado em 29 de junho de 2017.

3.1 Regra antiga, novas obrigações: o que mudou com o art. 489, §1º?

Tal qual incumbe às partes demonstrarem a pertinência legal para o pedido feito, para o juiz reside a mesma lógica, porquanto não lhe é dado a escolha de apenas declarar qual dos sujeitos tem a razão, sendo parte de seu dever justificar de forma satisfatória e inequívoca o resultado.

Mais parece que a revolução tomou conta do processo civil após a notícia de que as decisões teriam que ser melhor fundamentadas. Um dos maiores alvos de críticas da reforma processual foi justamente o art. 489, §1º, porque agora escancara um dever que já era exigido há muito tempo, tanto no diploma constitucional quanto em leis infraconstitucionais, todavia não era cumprido. Na vigência do CPC/73, pode-se dizer que o teor do artigo 165⁸² era ironicamente cumprido à risca, pois, sob a justificativa de que a fundamentação podia ser concisa, as decisões começaram a se acomodar e fazer jus a uma falsa brevidade na motivação, se furtando do real dever imposto pelo ordenamento.

A pergunta que persiste é se, de fato, houve uma real mudança legislativa na sistemática da elaboração das decisões. Embora não tenha sido novidade a previsão do dever motivacional, é claro que houve mudança, porque o Código de Processo Civil, enquanto lei infraconstitucional reiterou os termos da CF/88 e enfatizou de forma mais detalhada a obrigação imposta, reforçando a possibilidade de anulação da decisão mal fundamentada, o que já era instituído constitucionalmente.

Além disso, em plena consonância com o art. 489, §1º, o art. 371 do CPC/15 mudou sutilmente em relação a seu anterior (art. 131 do CPC/73), retirando a expressão “livremente” do dispositivo, deixando claro que não há mais liberdade pura no julgamento, mas sim a preocupação de buscar convencer as partes acerca da racionalidade da decisão, inaugurando uma “mutação revolucionária na normatização do ato de julgar”, no qual não mais o juiz apresenta a decisão, mas a elabora com vistas a convencer as partes de que houve consideração de tudo aquilo que foi discutido e elaborado no curso processual⁸³. Ou seja, a lei se ajustou como um todo em vários dispositivos.

A irresponsabilidade na elaboração das decisões tem se alojado de forma bastante confortável, de modo que se tornou cômico tratar de “jurisprudência da corte”, vez que tal argumento pode ser invocado pelos dois lados, com decisões totalmente opostas e, ainda

82 Art. 165 do CPC/73: *As sentenças e acórdãos serão proferidos com observância do disposto no art. 458; as demais decisões serão fundamentadas, ainda que de modo conciso.*

83 FERREIRA, William Santos. Das provas (comentários ao art. 371 do CPC/15). In: Breves comentários do código de processo civil/Teresa Arruda Alvim Wambier ... [et. al.], coordenadores. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 1001.

assim, com fundamentações firmes no sentido de ser o posicionamento dominante do tribunal. É fácil, com rápida pesquisa na rede mundial de computadores, achar o “precedente” que se encaixa no ponto que se defende, pois a flutuação no entendimento permite isto.

Tendo isto em vista é que se defende o dever qualificado de motivar as decisões, não bastando citar a existência de “precedentes” ou apenas indicar o dispositivo normativo que se aplica ao caso, mas fazer a correlação entre os fatos e os fundamentos jurídicos, através da motivação. Mais forte se torna o argumento em se tratando de precedentes judiciais vinculantes, que têm uma força maior de imposição, porque geraram um ganho normativo no sistema, estabilizando o entendimento de determinado tribunal⁸⁴. Assim, deve ser a fundamentação qualificada para que não incorra nos erros enumerados pelo §1º do art. 489 e, portanto, viole a garantia fundamental da motivação.

A considerar o objetivo deste estudo, importante analisar brevemente os famigerados incisos do artigo 489, §1º, cada qual com suas particularidades. É saber o que, de fato, pede o código na elaboração das decisões judiciais. Antes disso, especialmente interessante acentuar que Leonardo Cunha⁸⁵ defende a não taxatividade do artigo, logo a falta da fundamentação não se exaure nas hipóteses dos incisos, do contrário ter-se-ia a prevalência de algumas situações em detrimento de outras. Tal posição foi acolhida pelo Fórum Permanente de Processualistas Cíveis, em seu enunciado 303⁸⁶.

A questão posta no inciso primeiro guarda íntima relação com a crise do método puramente subsuntivo de aplicação do direito⁸⁷. Tem-se hoje o reconhecimento de que a

84 Mais uma vez é importante destacar que a estabilização realizada pelos precedentes não impede as mudanças, mas exige uma força maior de fundamentação para ensejar a guinada jurisprudencial. Isto apenas pode se dar após uma convergência de fatores, ou seja, a ligação material dos precedentes com outros instrumentos do sistema, a exemplo das normas, princípios, discussões doutrinárias, que venham a promover a necessidade de modificação do entendimento. A esse respeito, Juraci Mourão Lopes Filho destaca que, muito embora a mesma Corte possua mais de um entendimento sobre o mesmo assunto, conflitando a jurisprudência, aquele que mais se alinha com o debate doutrinário e que reflita concepções legislativas e constitucionais já assentes terá maior força do que a decisão que foi proferida em manifesta afronta aos preceitos normativos já estabelecidos, do ponto de vista social, doutrinário e constitucional. LOPES FILHO, Juraci Mourão. *O Novo Código de Processo Civil e a sistematização em rede dos precedentes judiciais*. In: DIDIER JR., Fredie, CUNHA, Leonardo Carneiro da; ATAÍDE JR. Jaldemiro Rodrigues de; MACÊDO, Lucas Buriel de. *Precedentes*. Coleção Grandes Temas do Novo CPC, vol. 3. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 163. Aliás, é o caso da emblemática decisão proferida no HC nº 126.292 (permitiu a execução provisória da pena antes do trânsito em julgado), que demonstrou uma mudança radical no posicionamento do Supremo Tribunal Federal, mas que não coaduna com os anseios sociais, doutrinários e principalmente constitucionais, portanto alvo de inúmeras críticas e falta de aceitação pela comunidade jurídica.

85 CUNHA, Leonardo Carneiro da. *Comentários ao artigo 489 do CPC/15*. In: *Breves comentários do código de processo civil/Teresa Arruda Alvim Wambier ... [et. al.]*, coordenadores. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 1232.

86 Enunciado 303 FPPC: (art. 489, § 1º) As hipóteses descritas nos incisos do § 1º do art. 499 são exemplificativas. (Grupo Sentença, Coisa Julgada e Ação Rescisória)

87 FILHO, Juraci Mourão Lopes. *Os precedentes judiciais no constitucionalismo brasileiro contemporâneo*. Salvador: Juspodivm, 2014, p. 375-376.

textura aberta da linguagem exige uma atividade interpretativa por parte do operador jurídico, o que impede a pura e simples incidência da lei ao fato concreto. Em um sistema que se propõe utilizar-se dos precedentes, não se encaixa a subsunção, porque ela pressupõe uma seleção arbitrária do julgador de uma norma (premissa maior) que vai ser base para a comparação com os fatos (premissa menor), sem exigir fundamentação a respeito da escolha. A elaboração de precedentes pressupõe o diálogo com os argumentos das partes, sua comparação, produção de provas, enriquecimento com experiências posteriores e outros tantos elementos que tornam o silogismo plenamente inadequado⁸⁸. Assim, na elaboração da decisão, o juiz deve explicar o nexos causal entre o dispositivo invocado e os fatos, sob pena de nulidade⁸⁹.

Ato contínuo, o inciso II veda o emprego de conceitos jurídicos indeterminados, sem a devida correlação com a causa ou questão decidida. Conforme já foi dito, se é às partes que interessa a prestação jurisdicional, de que adianta uma decisão cujos termos não possam ser conhecidos, nem mesmo interpretados, ao menos pelo advogado. Embora seja aceita a utilização dos tais conceitos, até para que o julgador tenha uma margem de atuação, após a escolha da norma jurídica aplicável ao problema, deve ela ser explicada, quando envolver termos que não possam ser cognoscíveis de imediato⁹⁰. Nelson Nery Jr. e Rosa Maria de Andrade Nery, ao comentarem o dispositivo, lembram algumas das expressões mais vistas, a exemplo de boa-fé, má-fé, justo título, duração razoável do processo⁹¹. Assim, se o juiz não disser o que considerou, à luz do caso, ser a boa-fé, não restará fundamentada a decisão.

Passando para o inciso III, temos que o legislador proibiu a utilização de motivos que, em tese, seriam hábeis a justificar quaisquer problemáticas. Aqui temos a vedação à irrefletida utilização dos “modelões”. Nelson Nery Jr. e Rosa Maria de Andrade Nery, em tom

88 FILHO, Juraci Mourão Lopes. *Os precedentes judiciais no constitucionalismo contemporâneo brasileiro*. Salvador: Juspodivm, 2014, p. 378.

89 A título de complementação, merecem destaque os exemplos citados por Leonardo Cunha. Cita o autor o caso de um indivíduo analfabeto que pretenda a permissão judicial para obter a habilitação para dirigir, tendo a decisão se limitado a dizer “a pretensão não encontra amparo legal”, ou que afirme “a pretensão merece ser indeferida, por não estar de acordo com o art. 140 do CTB”, ou que apenas transcreva a literalidade do artigo e diga que por isto indeferiu o pedido. Outro caso seria o de uma pessoa jurídica que pretenda ter reconhecida a prescrição de dado crédito tributário e o juiz entendendo pela improcedência se limite a dizer que não estão atendidos os requisitos do art. 174 do CTN. Em ambos os casos, aduz o autor, deve o órgão judicante aludir ao dispositivo normativo de forma contextualizada, ou seja, explicando as razões fáticas que ensejaram a incidência da regra no caso concreto. CUNHA, Leonardo Carneiro da. Comentários ao artigo 489 do CPC/15. In: *Breves comentários do código de processo civil/Teresa Arruda Alvim Wambier... [et. al.]*, coordenadores. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 1232.

90 Contra a expressão “conceitos jurídicos indeterminados”, Nelson Nery Jr. e Rosa Maria Nery utilizam-se da terminologia “conceitos legais indeterminados”, por entender que a indeterminação está na norma legal e não na forma. NERY JR., Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Comentários ao código de processo civil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 1249.

91 Ibidem.

de reprovação, prestam crítica ao dispositivo, demandando maior delineamento do tema pela jurisprudência, por não reputarem precisos os termos do inciso, questionando o que seriam tais motivos aptos a justificarem todas as decisões, já que a própria Constituição da República seria um argumento capaz de justificar qualquer problema⁹².

É ululante que o objetivo do CPC/15, neste ponto, foi o de coibir a reprodução impensada dos modelos arquivados no gabinete, isto é, decisões que não se atentam para as peculiaridades do caso concreto, a fim de abreviar o tempo de trabalho. Não se desconhece o fato de a Constituição ser fundamento para vários julgados, vez que ocupa o topo do ordenamento, entretanto, como dito, a finalidade do inciso não é expor essa obviedade, mas sim de rever o conteúdo do banco de dados dos gabinetes, a fim de impor ao juiz que se preocupe na acuidade da elaboração das decisões.

Em termos práticos, é claro que as decisões sobre fatos semelhantes contarão com os mesmos elementos, não se pretende negar isto, ou seja, não defendemos o fim dos modelos, até porque servem de base para a construção do raciocínio. Aliás, o próprio inciso explica isso, quando fala em “qualquer outra decisão”, porque pretende vedar as situações de generalidade extremada. Tanto é assim que, com a utilização de precedentes, é certo que várias decisões repetirão o argumento já analisado, mas, ao invocá-los, deve o órgão julgador fundamentar e esclarecer o nexos causal encontrado, de modo que individualize o julgamento.

As partes têm o direito subjetivo de ter seus pedidos analisados de forma criteriosa, ainda que sejam reprodução de fatos já ocorridos com outros indivíduos. Dessa forma, conquanto sejam utilizados os mesmos elementos, não se pode esquecer da individualização requerida caso a caso, para não se deixar passar detalhes importantes e que poderiam dar contornos diferenciados na resolução final da lide.

A exigência que o CPC/15 faz no inciso IV é de tamanha pertinência face à possibilidade de que algum dos argumentos levantados possa sustentar o provimento do pedido. É que, diante do volume de processos, alguns pontos podem passar despercebidos pelo julgador, quando analisa a ação ou recurso, o que viola o direito que a parte pleiteia. Assim, objetivando que as partes não tenham seus direitos prejudicados é que o código demanda a máxima preocupação do julgador com o estudo dos detalhes do caso. Se assim se exige do juiz, deve-se exigir das partes que também colaborem no processo, a partir do abandono da prática de elaborar petições imensas, notadamente prolixas, que muitas vezes têm por finalidade apenas cansar o julgador, enrolando o andamento da justiça. É claro que

92 Ibidem.

isto depende muito de cada caso, mas é óbvio em certos casos que, de fato, não seriam necessárias tantas laudas para explicar o ponto.

Supondo a boa-fé dos litigantes, é plenamente possível que algum dos argumentos não enfrentados pelo julgador possa ser suficiente para lastrear o direito pedido, por isso a importância da menção a todos eles. Mesmo que a justificativa para os vários argumentos resida no mesmo ponto, deve-se deixar assente que eles foram ao menos lidos, ou seja, levados em consideração no julgamento. Ora, se até mesmo as decisões de ofício devem homenagear a oitiva das partes, avalie os argumentos levantados no decorrer do processo.

Neste ponto é importante lembrar o entendimento dos Tribunais Superiores em relação ao dever de enfrentar todos os argumentos do pedido, pois ainda se admite que não sejam percorridos todos eles⁹³. Entretanto, após o advento do Código de 2015, não mais persiste a possibilidade, devendo ser revisto o posicionamento, face à imposição legal de enfrentar todos os argumentos das partes capazes de infirmar a decisão.

De outra sorte, importante acurar que há pontos que vão ser necessariamente ignorados na análise do julgador, porque maculados por questões preliminares ou prejudiciais ao conhecimento das subsequentes⁹⁴. Mas isto decorre da própria natureza do processo, já que não faz sentido analisar o mérito da ação se ela já foi suplantada pelo reconhecimento da prescrição, por exemplo. Se a própria pretensão encontra-se afetada pelo impedimento temporal, seria até mesmo uma injustiça com aqueles que buscaram os seus direitos dentro do prazo. Aliás, qualquer ponto discutido no mérito não seria capaz de infirmar a conclusão adotada pelo julgador sobre a prescrição, por isso não será exigível a análise deles. Agora, em relação aos argumentos que tratam da prescrição em si, devem ser todos confrontados.

93 No STJ, por exemplo: “1.- A jurisprudência desta Casa é pacífica ao proclamar que, se os fundamentos adotados bastam para justificar o concluído na decisão, o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos utilizados pela parte. (AgRg no AREsp 529.018/MS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/08/2014, DJe 01/09/2014)” e “1. Não há ofensa ao art. 535 do CPC/1973, pois o Tribunal de origem decidiu a matéria de forma fundamentada ainda que em sentido contrário à pretensão do recorrente. **O julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos invocados pelas partes, quando tenha encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio.** (AgRg no AREsp 709.499/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/05/2017, DJe 01/06/2017)”. (grifo nosso)

94 É o caso de uma ação de cobrança, na qual o réu alegue a ilegitimidade da parte, o advento da prescrição e, por fim, o pagamento. Na ordem, se a ilegitimidade for acolhida, os demais pontos serão dispensados da análise, mas terá o juiz que enfrentar todos os argumentos relacionados à legitimação. O mesmo ocorre com a rejeição, devendo também justificar o não provimento. Rejeitando o argumento da ilegitimidade, adequadamente justificada, terá que se debruçar sobre os argumentos que sustentam a prescrição, tanto para acolher, quanto para rejeitar. Por fim, é que analisará o pagamento, a depender do desenrolar do processo. CUNHA, Leonardo Carneiro da. Comentários ao artigo 489 do CPC/15. In: Breves comentários do código de processo civil/Teresa Arruda Alvim Wambier... [et. al.], coordenadores. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 1234.

O penúltimo inciso já se amolda à sistemática dos precedentes, de forma bastante explícita, quando impede a utilização dos mesmos de forma indistinta, estendendo tal proibição também para as súmulas. A propósito, cabe salientar que este inciso repete a regra do inciso I, diferenciando-se apenas pelo fato de o primeiro tratar de ato normativo e o atual tratar de precedentes. Encaixa-se aqui exatamente a abordagem feita no tópico em que discuti sobre a eficiência das decisões que aplicam os precedentes (vide tópico 2.3). Conforme já largamente abordado, deve haver o cotejo analítico dos fatos para com o precedente, buscando averiguar a pertinência do mesmo para o caso. Reiterando: a existência do precedente judicial dispensa as análises pormenorizadas, mas não dispensa o dever motivacional das decisões, como bem aduz o mandamento do art. 489, §1º, V, que tenta coibir a prática de se considerar suficiente a juntada da ementa.

Por fim, o inciso VI, que considera não fundamentada a decisão que “deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento”. Primeiramente, quanto ao termo “jurisprudência”, sobreleva registrar a atecnia do dispositivo neste ponto, tendo em vista que jurisprudência não vincula, precedentes sim⁹⁵. Se um juiz deixar de utilizar jurisprudência de tribunal de justiça de outro estado, não estará ele incorrendo na omissão imposta pelo legislador, tendo em vista que o órgão julgador tem a faculdade de se basear ou não no julgamento colacionado pela parte. Não se pode confundir os institutos do precedente, da jurisprudência⁹⁶ e da súmula. O precedente é construído a partir de uma decisão com força prospectiva, cujo resultado será aplicável a casos futuros semelhantes. A jurisprudência se funda a partir de reiteradas decisões no mesmo sentido, que tenham um núcleo comum, compreendendo a opinião dominante do órgão sobre o tema, o que não importa em vinculação. A súmula, por sua vez, será o resumo enunciativo da jurisprudência, compreendendo o conteúdo jurídico essencial e sucinto daquilo que foi repetidamente reproduzido no tribunal, sendo ela clara, sintética e objetiva, podendo ou não ser vinculante, a depender de certos critérios⁹⁷.

O que pretende o inciso é reiterar a obrigação imposta mais à frente pelo art. 927 do CPC/15, ou seja, que os precedentes vinculantes sejam de fato seguidos, ou então que

95 ZANETI JR., Hermes. *O valor vinculante dos precedentes: teoria dos precedentes normativos formalmente vinculantes*. 2ª Ed. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 346.

96 Sobre precedente e jurisprudência, Ravi Peixoto destaca que a diferença é basicamente quantitativa, uma vez que o precedente se origina de uma decisão em particular, ao passo que a jurisprudência se constrói após uma pluralidade ampla de decisões no mesmo sentido. PEIXOTO, Ravi. *Superação do precedente e segurança jurídica*. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 159.

97 OLIVEIRA, Pedro Miranda de. *A força das decisões judiciais*. Revista de Processo, ano 38, vol. 216, fev/2013, p. 25.

sejam afastados, através de adequada fundamentação. Tanto para aplicar, quanto para afastar o precedente é imprescindível uma manifestação completa do órgão julgante, sob pena de incorrer em arbítrio. O inciso em destaque abre margem para que o julgador realize o distinguish ou o overruling do precedente, sendo obrigatória tal manifestação se ele resolver não aplicar o precedente, sob pena de nulidade da decisão por falta de fundamentos.

Um ponto que merece destaque, sobre o posicionamento da jurisprudência a respeito dos temas aqui tratados, é a utilização da fundamentação *per relationem*, a qual não foi extinta pelo novo diploma, mas apenas reestruturada. O problema é que, sob a permissão do CPC/73, se confundiram os conceitos de fundamentação concisa, suficiente e referencial. A primeira era permitida pelo antigo código, mas foi afastada, pelo abuso do direito. A fundamentação suficiente é a que se procura, sem excessos e sem faltas, apenas o necessário. A fundamentação referencial é a que baseia em elementos já indicados no processo, trazendo de volta argumentos antes invocados nos autos, tanto para confirmá-los, quanto para refutá-los. As vedações do art. 489, §1º são perfeitamente ajustáveis a essa ferramenta, vejamos.

A fundamentação *per relationem* é um instrumento de conexão entre ideias, levando e trazendo argumentos e decisões, sendo inclusive necessária em um sistema de precedentes. Todavia, a menção a um argumento já utilizado em algum parecer ou em outra decisão dos autos, bem como a um precedente, não pode se furtar à devida análise, bem como não pode ser feito de maneira que somente indique a página, por exemplo. O Superior Tribunal de Justiça já se manifestou sobre o assunto, anulando decisão que não cumpriu com um mínimo de adequação na forma de referenciar, vejamos:

É pacífico no âmbito do STF e do STJ o entendimento de ser possível a fundamentação *per relationem* ou por referência ou por remissão, não se cogitando nulidade ou ofensa ao artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, desde que os fundamentos existentes *aliunde* sejam reproduzidos no julgado definitivo (principal), o que, como visto, não ocorreu na espécie⁹⁸

A motivação por referência não pode ser usada para referenciar textos que estejam há mais de duzentas páginas nos autos, sob pena de dificultar a correta compreensão da decisão, conforme entendimento do STJ⁹⁹. Ora, o que se vê aqui é a pura expressão do

⁹⁸ Trecho da decisão proferida no Recurso Especial nº 1.426.406/MT, Rel. Min. Marco Muzzi, Relator designado Min. Luís Felipe Salomão, DJE de 11.5.2017.

⁹⁹ *A simples remissão empreendida pelo Juiz a quo na decisão agravada a mais de duas centenas de documentos não permite aferir quais foram as razões ou fundamentos incorporados a sua decisão para indeferir a indisponibilidade dos bens do réu, bem como o sequestro de bens e valores dos seus representantes, exurgindo, daí, a nulidade do julgado.* (Recurso Especial nº 1.399.997/AM, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJE de 24.10.2013).

princípio da cooperação imposto pelo CPC/15, já que não custa para o juiz copiar o trecho que se pretende referenciar, de forma a trazer os elementos que consubstanciam o afirmado, não apenas citando a página, como foi exigido acima pelo STJ. Portanto, a fundamentação *per relationem* é plenamente compatível com o sistema de precedentes e com o art. 489, §1º do CPC/15, contanto que não caia na falsa ideia de que concisão indica suficiência, respeitando as vedações da lei.

3.2 O cumprimento dos precedentes obrigatórios do CPC/15 e a regra contida no art. 927, §1º do CPC/15

Especificadamente o tópico se propõe a tratar dos precedentes obrigatórios e do dever de motivação que os informa. Assim sendo, estão eles elencados no art. 927, caput do CPC/15, ao passo que no §1º se encontra a ordem para que sejam seguidos os parâmetros estabelecidos pelo art. 489, §1º. Vejamos:

Art. 927. Os juízes e os tribunais observarão:

I - as decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;

II - os enunciados de súmula vinculante;

III - os acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos;

IV - os enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional;

V - a orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados.

§ 1º Os juízes e os tribunais observarão o disposto no art. 10 e no art. 489, § 1o, quando decidirem com fundamento neste artigo.

Neste ponto, impende destacar a crítica doutrinária que vem sendo feita ao sistema de precedentes vinculantes inaugurado pelo CPC/15, notadamente ao artigo 927 acima, que enumerou quais precedentes são vinculantes, portanto inconstitucional. É que, segundo os autores contrários a essa vinculatividade, apenas a Constituição Federal poderia estabelecer comando normativo obrigatório e vinculante, sendo então o tal sistema de precedentes inconstitucional, por violação à separação de poderes e ao princípio da legalidade, caracterizando uma interferência indevida do Poder Judiciário no Poder Legislativo. Assim, segundo tal posicionamento, apenas as decisões em controle concentrado de constitucionalidade (inc. I) e a súmula vinculante (inc. II) poderiam ter esse efeito obrigatório e vinculante, já que previstos expressamente na CF/88100. Por outro lado, a corrente oposta,

100 Nesse sentido, cf. NERY, JR., Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Comentários ao Código de Processo Civil*. São Paulo: RT, 2015, p. 1156 e TUCCI, José Rogério Cruz e. *O regime do precedente*

que defende a força vinculante dos precedentes, aduz que não está o artigo 927 eivado de inconstitucionalidade alguma, a um porque ele vincula apenas o Poder Judiciário (quando fala em “juízes e tribunais”), a dois por ter cumprido o princípio da legalidade¹⁰¹, ao ter sido a vinculação formalmente estipulada por lei¹⁰².

Uma outra crítica feita ao referido artigo é referente à possibilidade de que cortes inferiores possam editar precedentes, pois, para alguns, apenas as Cortes Supremas são órgãos legitimados para tanto. O que se deve ter em mente é o respeito à cadeia hierárquica e não a afirmação per si de que apenas as Cortes Supremas são legitimadas a elaborarem precedentes. Assim, evidente que as decisões proferidas no âmbito do STF, em controle de constitucionalidade, terão força vinculante para os tribunais inferiores, que terão a obrigatoriedade de seguir o entendimento. Mas, em relação às matérias que não sejam infraconstitucionais federais ou constitucionais federais, a última palavra será do tribunal de justiça local, em razão da distribuição de competências realizada pela própria Constituição da República, portanto a sua afirmação do direito deve valer como precedente vinculante, conforme bem exige o inciso V do art. 927¹⁰³.

Ainda no estudo do artigo alhures colacionado, é de se observar que o §1º do art. 927 deixa clara a indispensabilidade do dever motivacional por parte dos julgadores, ainda que decidam com base em precedentes obrigatórios, ou seja, os listados pelo art. 927. É que, conforme já visto (notadamente na análise do inciso V do art. 489, §1º, no tópico 3.1), não está o órgão julgador dispensado de motivar a decisão apenas porque invocou precedente, por

judicial no novo CPC. In: DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da; MACÊDO, Lucas Buriel de; ATAÍDE JR., Jaldemiro R. de. *Precedentes*. Salvador: Juspodivm, 2015, p.454.

101 Em relação ao princípio da legalidade, Fredie Didier Jr., Rafael Alexandria de Oliveira e Paula Sarno Braga apontam para o fato de que a expressão “legalidade” é metonímica, significando dever de observância ao direito, como ordenamento jurídico, por conseguinte estariam os precedentes também incluídos nesse dever, instaurando uma ressignificação do referido princípio. DIDIER JR., Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. *Curso de Direito Processual Civil*. 10ª Ed. Vol. 2. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 467-468.

102 Desta sorte, segundo Hermes Zaneti Jr., “trata-se, na verdade, de uma integração entre as funções exercidas pelo Poder Legislativo e pelo Poder Judiciário, criar o direito como legislador dentro da moldura da Constituição e reconstruir o direito como juiz dentro do processo de interpretação, sendo que a vinculatividade formal dos precedentes reduz o espaço de discricionariedade dos juízes e ao mesmo tempo garante maior racionalidade, previsibilidade e igualdade no direito. ZANETI JR., Hermes. *O valor vinculante dos precedentes: teoria dos precedentes normativos formalmente vinculantes*. 2ª Ed. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 367-370.

103 A propósito, é preciso, cada vez mais, reforçar a importância das cortes inferiores (TJs e TRFs), tendo em vista a grande descrença para com as mesmas. É que elas também são legitimadas a realizarem a uniformização do direito local, sendo inclusive recomendado pelo CPC/15, quando confere a elas a possibilidade de se utilizar dos institutos do incidente de assunção de competência e de resolução de demandas repetitivas, no âmbito do tribunal, a fim de que estabilizem o entendimento e cumpram o dever de autorreferência dos precedentes (vinculação horizontal), ou seja, de observância aos próprios precedentes. ZANETI JR., Hermes. *O valor vinculante dos precedentes: teoria dos precedentes normativos formalmente vinculantes*. 2ª Ed. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 373.

mais que seja vinculante e de força obrigatória. A força do precedente não implica em ausência do dever motivacional, embora se reconheça o menor trabalho do juiz quando se refere a precedente que já se debruçou sobre todos os elementos da decisão¹⁰⁴, pois continua sendo-lhe imposto o dever de justificar a correlação feita entre o caso concreto e a decisão paradigma.

O cumprimento do dever de motivação é basilar na construção de uma teoria de precedentes obrigatórios a ser aplicada no Brasil¹⁰⁵, isto porque a fundamentação é requisito prévio para a elaboração da decisão paradigma. Com efeito, na aplicação posterior da decisão paradigma, deve ser mantido o dever imposto pelo art. 489, §1º, porque não se pode continuar a aceitar as decisões que se limitem a indicar que foi procedente ou improcedente o pedido com base em tal precedente. Desta sorte, o §1º do art. 927 tem por objetivo coibir a prática reiterada de mera referência a uma das espécies ali elencadas, para fins de justificação da decisão, impondo um conteúdo mínimo de justificação, que é o do art. 489, §1º.

É claro que, no caso dos precedentes obrigatórios, o ônus motivacional é menor, tanto porque os fundamentos já foram enfrentados um a um, quanto por ter sido emanado por órgão competente para uniformizar a matéria. Aliás, é oportuno registrar que o enunciado 13 da Enfam¹⁰⁶ se direciona exatamente nesse sentido, a fim de conferir maior eficiência na utilização do instituto, dispensando a reanálise de todos os fundamentos que já fazem parte do precedente.

Finalmente, apenas para fins de complementação, vale salientar que o §4º do art. 927 também traz a previsão de necessidade de fundamentação adequada. Acontece que, neste caso, o dispositivo trata do instituto da superação de súmulas e de teses firmadas em julgamento de casos repetitivos, exigindo, por conseguinte, o cumprimento do dever de fundamentação (claramente se remetendo ao art. 489, §1º) que justifique a guinada jurisprudencial. Assim, com essa previsão, preocupa-se o código com a segurança jurídica, a confiança e com a isonomia dos jurisdicionados.

3.3 Recurso protelatório ou exercício de garantia processual: como deve ser encarado o direito de interposição de embargos de declaração face ao descumprimento do dever motivacional pelo órgão julgador

104 A esse respeito, cf. o tópico 2.3 acima, que trata sobre a eficácia das decisões amparadas em precedentes adequadamente motivados.

105 MACÊDO, Lucas Buriel. *Precedentes judiciais e o direito processual civil*. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 281.

106 Enunciado 13 da Enfam: O art. 489, § 1º, IV, do CPC/2015 não obriga o juiz a enfrentar os fundamentos jurídicos invocados pela parte, quando já tenham sido enfrentados na formação dos precedentes obrigatórios.

Uma questão que merece debate é sobre a nova previsão incluída no art. 1.022, parágrafo único, qual seja de interposição de embargos de declaração face às decisões que não cumprirem com o dever de autorreferência (inc. I) e com o dever motivacional de elaboração das decisões judiciais (inc. II). A doutrina se posiciona pelo entendimento de que a previsão do art. 1.022, parágrafo único traz hipóteses de omissão absoluta, ou seja, casos explícitos designados pelo legislador nos quais se presume o vício. Em consequência, a parte que tenha seu direito à decisão fundamentada violado poderá alegar nos embargos não apenas a simples omissão, mas a falta de fundamentação adequada, por serem os embargos, agora, o instrumento, por excelência, para o combate a tal violação¹⁰⁷. Ainda, em razão da presunção relativa do vício, ônus do magistrado de convencer as partes de que a decisão não foi omissa e, portanto, não incorreu nos defeitos elencados pelo artigo.

Em relação ao inciso I, que trata da desconsideração, pelo órgão julgador, de teses firmadas em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência, temos claro desrespeito ao sistema de precedentes, que institui uma obrigação ao julgador, de utilizar a decisão paradigma como base, seja para aplicá-la ou para afastá-la¹⁰⁸. Além disso, observa-se que o dispositivo funciona como amparo à eficácia horizontal dos precedentes, que impõe a força vinculante ao próprio tribunal e aos órgãos a ele subordinados, para que perpetuem o entendimento consolidado. Deve haver o diálogo do tribunal com os precedentes e, ainda que o ônus motivacional seja menor, continua a obrigação do juiz de fundamentar seus atos. A previsão constitui um reforço na busca pelo estabelecimento de um sistema de precedentes, criando um mecanismo recursal para corrigir os vícios.

Não bastando a previsão de nulidade do art. 489, §1º, percebeu o legislador que tal sanção já constava na Constituição Federal e, ainda assim, era reiteradamente desrespeitada, pelo que optou por incluir a via recursal dos embargos para atacar o problema.

107 Impende destacar que os embargos de declaração não são o recurso exclusivo para atacar a falta de fundamentação. Se a omissão não for alegada nos embargos, pode ser discutida em eventual apelação e o tribunal, decretando a nulidade da sentença, já pode seguir em frente e julgar o mérito, pela teoria da causa madura (art. 1.013, §3º, VI). Ainda, no mesmo sentido, Leonardo da Cunha defende o aproveitamento da causa madura também para as interlocutórias agraváveis, portanto, em sendo interposto agravo de instrumento contra decisão interlocutória que viole o dever de fundamentação, se a decisão impugnada estiver em condições de imediato julgamento, poderá o tribunal julgá-la, com base no mesmo artigo. CUNHA, Leonardo Carneiro da. In: *Breves Comentários ao Novo Código de Processo Civil*. WAMBIER, Teresa Arruda Alvim [et al.] (orgs.). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p.1230-1231.

108 Na visão de Fredie Didier Jr. e de Leonardo Carneiro da Cunha, é mister realizar a leitura do art. 1.022, parágrafo único combinada com o art. 927, pois entendem que devem ser consideradas omissas quaisquer decisões que deixem de se manifestar sobre questões a serem obrigatoriamente seguidas, como é o caso dos precedentes vinculantes, portanto não apenas os casos repetitivos e incidentes de assunção de competência estão abrangidos pela norma, bem como os demais do art. 927. DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da. *Curso de Direito Processual Civil: meios de impugnação das decisões judiciais e processo nos tribunais*. 13ª Ed. Vol. 3. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 254.

É mais uma tentativa de buscar a decisão adequadamente justificada, consubstanciada no inciso II do art. 1.022, que prevê a interposição de embargos de declaração para enfrentar as decisões que não seguiram o manual do art. 489, §1º do CPC/15.

Acontece que, também neste ponto muitas foram as críticas a essa previsão, em decorrência da expectativa de que subisse consideravelmente o número de recursos de embargos de declaração nos tribunais, trazendo pioras ao sistema que tem tentado, a todo momento, se livrar de processos. Isso é um problema, já que é possível vislumbrar, de fato, o aumento de recursos, em razão de mais uma hipótese de cabimento.

Diante do impasse, entre o dever de motivação das decisões (direito dos sujeitos processuais) e o temor do aumento de recursos, imprescindível que se verifique qual o lado da balança que mais pesa e como podem ser conciliados tais interesses.

Não se pode sacrificar um instrumento processual de garantia apenas para corrigir erros que se alastram desde o passado, os quais têm contribuído para o inchaço jurídico. Imbuída na cultura do litígio, a comunidade jurídica brasileira precisa se reeducar, tanto do lado dos julgadores, quanto do lado dos jurisdicionados. Mas, repita-se, isto não pode ser argumento para trancar o controle das decisões judiciais. Ora, o Poder Judiciário já é fechado em si mesmo, por natureza, sem abrir espaços para escolha legítima de seus agentes, então que, ao menos, se confirmem instrumentos de legitimação social das decisões. É neste sentido que devem ser entendidos os embargos de declaração, como um vetor de correção dos vícios cometidos pelos órgãos julgadores.

Vale salientar que, após o novo código, a interposição de embargos de declaração está mais delimitada, no sentido de que a lei dedicou vários parágrafos para tentar coibir o mal hábito de embargar qualquer decisão pela mera insatisfação com o resultado. Assim, da leitura do art. 1.026 e parágrafos, percebe-se a gradativa punição legal conferida ao sujeito que insistir na litigância de má-fé, interpondo embargos protelatórios. Diante disso, defende-se uma postura ativa do magistrado no tocante ao estabelecimento das referidas sanções contra recursos protelatórios, que visam apenas prejudicar o andamento da justiça.

Além disso, interessante percepção é a de que a antiga prática da interposição de embargos apenas para prolongar o efeito suspensivo da decisão que julgou a apelação e, com isso, retardar a execução provisória, não mais será possível¹⁰⁹. É que, na vigência do CPC/73, era bastante comum se proceder desta maneira, tentando inviabilizar o cumprimento

109 MAZZOLA, Marcelo. *Novo CPC: os embargos de declaração e a eutanásia judicial*. Disponível em <http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI236448,31047-Novo+CPC+os+embargos+de+declaracao+e+a+eutanasia+judicial>. Acessado em 12/07/2017.

provisório da tutela final, entretanto, à luz do disposto no art. 1.026 do CPC/15, não mais terão o efeito suspensivo. É claro que não se descuida da dicção do §4º do mesmo artigo, que permite a concessão da suspensão, mas, para isto, exige-se, no mínimo, o requisito da motivação da decisão, fazendo o magistrado se debruçar sobre as razões merecedoras do efeito. Observe-se que o legislador teve que prever algumas sanções por mal utilização dos institutos jurídicos por alguns sujeitos processuais, os quais tinham somente a intenção de gerar prejuízos à parte contrária.

4. Conclusões

É preciso observar a tendência do Código de Processo Civil de 2015 como um todo, para perceber a tentativa de instaurar tempos de racionalidade no judiciário brasileiro. Segundo conclui Hermes Zaneti Jr., o CPC/15 estaria definindo o fechamento do sistema para a discricionariedade do juiz, servindo como limites à liberdade da interpretação que foi considerada pelo positivismo de Hart como espaço irreduzível. Diante disso, convida o autor para uma leitura do CPC/15 com o filtro da Constituição, perfazendo o modelo constitucional garantista do processo civil. Assim, para o autor, existem algumas exigências do código que coadunam com essa nova tendência e que vão muito além do modelo legalista e da interpretação formalista, como a eliminação do “livre” convencimento do juiz (art. 371), o cumprimento do dever de fundamentação adequada (art. 489, §1º), a aplicação dos deveres de estabilidade, coerência e integridade na elaboração dos precedentes (art. 926)¹¹⁰.

Seguindo essa linha de pensamento, pode-se afirmar que as tendências têm que ser seguidas para alcançar a finalidade para que foram concebidas, sob pena de se tornarem letra morta da lei. Dessa forma, imprescindível a (re)educação dos operadores do direito, para que sejam abandonadas antigas práticas que somente retardam e dificultam a prestação jurisdicional, valendo isto tanto para os magistrados, quanto para os demais sujeitos processuais. Isto se destrincha de um lado para obrigar os órgãos judiciais a elaborarem com mais acuidade suas manifestações, como para demandar que os advogados e partes desistam de interpor longas petições desnecessárias e recursos protelatórios, apenas para contribuir ainda mais com o inchaço da máquina. É ululante que a dificuldade de introdução dessa estrutura é bastante complexa, já que envolve comportamentos e culturas, todavia não é impossível, podendo caminhar, cada vez mais, para abandonar a cultura do litígio e deixar os juízes se debruçarem mais cuidadosamente nas decisões de relevo.

110 ZANETI JR., Hermes. O valor vinculante dos precedentes. 2ª Ed. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 363.

Como bem aduz Frederico Koehler, *o desafio do momento é a superação do individualismo nas decisões judiciais, avançando-se para um modelo mais institucionalista [...] de maior respeito aos precedentes*¹¹¹. Isto vai totalmente de encontro à realidade atual, em que se observa exagerado solipsismo e uso descontrolado de princípios, com a prolação de decisões em todos os sentidos, para os mesmos fatos, causando imensa instabilidade no Judiciário brasileiro, afogado em demandas de massa.

Assim, o CPC/15 não inaugurou o dever de motivação, mas determinou explicitamente como ele precisa ser feito, ao contrário de documentos legais anteriores, os quais já exigiam a fundamentação adequada, mas nunca a qualificada, como agora se observa. Se antes se recorria à Constituição como lastro maior de exigência do dever, agora o art. 489 do Código de Processo Civil se impõe para reforçar o mandamento¹¹².

Somando-se a isso, com a introdução propriamente dita do sistema de precedentes no ordenamento brasileiro, deve haver a ressignificação de vários princípios e regras corolárias, a exemplo da imposição da motivação das decisões judiciais, objeto desse trabalho. Portanto, considerando que a força normativa do precedente passou a fazer parte da ordem jurídica brasileira, não há como negar a importância da motivação na elaboração dos precedentes, até porque ela é parte imprescindível na construção da norma a ser extraída da *ratio decidendi*¹¹³. Segundo Lucas Buril, há uma noção de circularidade que informa a relação entre os precedentes judiciais e o dever de fundamentação, vez que a fundamentação adequada necessita dos precedentes para justificar o argumento posto, ao mesmo tempo em

111 KOEHLER, Frederico Augusto Leopoldino. *O sistema de precedentes vinculantes e o incremento da eficiência na prestação jurisdicional: aplicar a ratio decidendi sem rediscuti-la*. Revista de Processo 258/341-356. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, ago. 2016, p. 345.

112 Na preciosa lição de Juraci Mourão Lopes Filho, ao tratar dos elementos materiais de justificação do precedente, aduz que estão intimamente ligados à justiça da decisão, significando a real existência de fundamentos adequados, capazes de fornecer a resposta correta para o caso anterior e igualmente idônea para o caso posterior. Assim, nas palavras do autor, *uma decisão que não tenha motivação nos termos constitucionais e, agora, nos termos do art. 489 do novo Código de Processo Civil, não pode pretender ser justa*. LOPES FILHO, Juraci Mourão. *O Novo Código de Processo Civil e a sistematização em rede dos precedentes judiciais*. In: DIDIER JR., Fredie, CUNHA, Leonardo Carneiro da; ATAÍDE JR. Jaldemiro Rodrigues de; MACÊDO, Lucas Buril de. *Precedentes*. Coleção Grandes Temas do Novo CPC, vol. 3. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 163.

113 Neste sentido, Fredie Didier Jr., Rafael Alexandria de Oliveira e Paula Sarno Braga defendem, mais do que nunca, a valorização da função extraprocessual da fundamentação, ao perceber que ela não serve apenas como justificativa para as partes imediatas do processo. Isto se justifica porque, em um sistema de precedentes, a fundamentação serve de parâmetro de conduta para aqueles que venham a invocar futuramente a decisão paradigma, a fim de ser comportar de forma legítima e reconhecida juridicamente. DIDIER JR., Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. *Curso de Direito Processual Civil: teoria da prova, direito probatório, decisão, precedente, coisa julgada e tutela provisória*. 10ª Ed. Vol. 2. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 470-471.

que, para utilização dos precedentes, é de extrema importância a fundamentação qualificada, levando em conta os fatos e normas aplicadas¹¹⁴.

114 MACÊDO, Lucas Buriel. *Precedentes judiciais e o direito processual civil*. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 283.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ÁVILA, Humberto. *O que é “devido processo legal”?*, Revista de Processo, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, a. 33, n. 163, p. 50-59, set., 2008.
- _____. *Teoria dos Princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos*. 13ª Ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2012.
- BARREIROS, Lorena Miranda Santos. *Estruturação de um sistema de precedentes no Brasil e concretização da igualdade*. In: DIDIER JR., Fredie, CUNHA, Leonardo Carneiro da; ATAÍDE JR. Jaldemiro Rodrigues de; MACÊDO, Lucas Buril de. *Precedentes*. Coleção Grandes Temas do Novo CPC, vol. 3. Salvador: Juspodivm, 2016.
- BOTELHO, Guilherme. *Direito ao processo qualificado*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADI n. 4277. Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade. Relator: Min. Cezar Peluso. Brasília, 05 de maio de 2011. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?numero=4277&classe=ADI&codigoClasse=0&origem=JUR&recurso=0&tipoJulgamento=M>>. Acesso em 25 out. 2013.
- CAMBI, Eduardo; HELLMAN, Renê Francisco. *Os precedentes e o dever de motivação no novo código de processo civil*. In: DIDIER JR., Fredie, CUNHA, Leonardo Carneiro da; ATAÍDE JR. Jaldemiro Rodrigues de; MACÊDO, Lucas Buril de. *Precedentes*. Coleção Grandes Temas do Novo CPC, vol. 3. Salvador: Juspodivm, 2016.
- CUNHA, Leonardo Carneiro da. In: *Breves Comentários ao Novo Código de Processo Civil*. WAMBIER, Teresa Arruda Alvim [et al.] (orgs.). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. P. 1231.
- DIDIER JR., Fredie. *Curso de Direito Processual Civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento*. Vol 1. 17ª Ed. Salvador: Juspodivm, 2015.
- _____; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. *Curso de Direito Processual Civil: teoria da prova, direito probatório, decisão, precedente, coisa julgada e tutela provisória*. 10ª Ed. Vol. 2. Salvador: Juspodivm, 2015.
- DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da. *Curso de Direito Processual Civil: meios de impugnação das decisões judiciais e processo nos tribunais*. 13ª Ed. Vol. 3. Salvador: Juspodivm, 2016.
- GAJARDONI, Fernando da Fonseca. *O livre convencimento motivado não acabou no novo CPC*. Disponível em http://www.academia.edu/11863179/O_livre_convencimento_motivado_n%C3%A3o_acabou_no_Novo_CPC.
- H.L.A. Hart. *The Concept of Law*. 2nd Edition. Clarendon Press, Oxford, 1994.
- KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito*. Tradução João Baptista Machado. 6ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

KOEHLER, Frederico Augusto Leopoldino. *A razoável duração do processo*. Salvador: Juspodivm, 2015.

_____. *O sistema de precedentes vinculantes e o incremento da eficiência na prestação jurisdicional: aplicar a ratio decidendi sem rediscuti-la*. Revista de Processo 258/341-356. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, ago. 2016, p. 342-343.

LOPES FILHO, Juraci Mourão. *Os precedentes judiciais no constitucionalismo contemporâneo brasileiro*. Salvador: Juspodivm, 2014

_____. *O Novo Código de Processo Civil e a sistematização em rede dos precedentes judiciais*. In: DIDIER JR., Fredie, CUNHA, Leonardo Carneiro da; ATAÍDE JR. Jaldemiro Rodrigues de; MACÊDO, Lucas Buriel de. *Precedentes*. Coleção Grandes Temas do Novo CPC, vol. 3. Salvador: Juspodivm, 2016.

LUCCA, Rodrigo Ramina de. *O dever de motivação das decisões judiciais*. Salvador: Juspodivm, 2015.

MACÊDO, Lucas Buriel. *Precedentes judiciais e o direito processual civil*. Salvador: Juspodivm, 2015.

_____. *Contributo para a definição de ratio decidendi na teoria brasileira dos precedentes judiciais*. In: DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da; ATAÍDE JR., Jaldemiro Rodrigues de; MACÊDO, Lucas Buriel de. *Precedentes*. Coleção Grandes Temas do Novo CPC, vol. 3. Salvador: Juspodivm, 2016.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Precedentes Obrigatórios*. 3ª Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

_____; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo Curso de Processo Civil*. Vol. 2. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

MAZZOLA, Marcelo. *Novo CPC: os embargos de declaração e a eutanásia judicial*. Disponível em <http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI236448,31047-Novo+CPC+os+embargos+de+declaracao+e+a+eutanasia+judicial>. Acessado em 12/07/2017.

MESQUITA, Maíra de Carvalho Pereira. *O Contraditório no Estado Constitucional Brasileiro*. 2014. 231 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito do Recife. Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2014.

MITIDIERO, Daniel. *Cortes Superiores e Cortes Supremas: do controle à interpretação da jurisprudência ao precedente*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

_____. Palestra apresentada no Seminário “O novo Código de Processo Civil” em 15 de agosto de 2016 na sede do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Recife-PE.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. *A motivação das decisões judiciais como garantia inerente ao Estado de Direito*. Temas de direito processual civil. 2ª série. São Paulo: Saraiva, 1988

NERY, JR., Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Comentários ao Código de Processo Civil*. São Paulo: RT, 2016.

NUNES, Dierle José Coelho. *Processo Jurisdicional Democrático*. Curitiba: Juruá, 2012.

_____. Proposta de reforma do novo Código de Processo Civil apresenta riscos. *Revista Consultor Jurídico*, 26.11.2015. Disponível em <http://www.conjur.com.br/2015-nov-26/dierle-nunes-proposta-reforma-cpc-apresenta-riscos>. Acessado em 29 de junho de 2017.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. *Do Formalismo no processo civil*. 4ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

OLIVEIRA, Pedro Miranda de. *A força das decisões judiciais*. Revista de Processo, ano 38, vol. 216, fev/2013. P. 25.

PEIXOTO, Ravi. *Superação do precedente e segurança jurídica*. Salvador: Juspodivm, 2015.

SCHAUER, Frederick. *Precedente*. In: DIDIER JR., Fredie, CUNHA, Leonardo Carneiro da; ATAÍDE JR. Jaldemiro Rodrigues de; MACÊDO, Lucas Buriel de. *Precedentes*. Coleção Grandes Temas do Novo CPC, vol. 3. Salvador: Juspodivm, 2016.

SILVA, Beclaute Oliveira. *A garantia fundamental à motivação da decisão judicial*. Salvador: Juspodivm, 2007,

TARUFFO, Michele. *La Motivación de la Sentencia Civil*. Traducción de Lorenzo Córdova Vianello. Madrid: Editorial Trotta, 2011.

TUCCI, José Rogério Cruz e. *O regime do precedente judicial no novo CPC*. In: DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da; MACÊDO, Lucas Buriel de; ATAÍDE JR., Jaldemiro R. de. *Precedentes*. Salvador: Juspodivm, 2015.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Nulidades do processo e da sentença*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

_____; CONCEIÇÃO, Maria Lúcia Lins; RIBEIRO, Leonardo Ferres da Silva; MELLO, Rogerio Licastro Torres de. *Primeiros comentários ao novo Código de Processo Civil*. Artigo por artigo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015 (ver comentários ao artigo 927 do CPC/15).

ZANETI JR., Hermes. *O valor vinculante dos precedentes: teoria dos precedentes normativos formalmente vinculantes*. 2ª Ed. Salvador: Juspodivm, 2016.